

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

CAIO LEBOUTTE

A QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA NO BRASIL, UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO
PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA

BRASÍLIA / DF
2010

Caio Leboutte

A QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA NO BRASIL, UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO
PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-graduação
da Universidade de Brasília, como exigência
parcial para obtenção do título de mestre em
Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. Flávio Versiani
Co-orientador: Msc. Bruno César de Araújo

BRASÍLIA / DF
2010

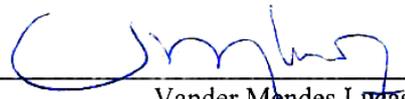
CAIO LEBOUTTE

“A Queda Recente da Desigualdade na Distribuição de Renda no Brasil, Uma Análise da Importância do programa Bolsa-Família”

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia do Setor Público do Programa de Pós-Graduação em Economia – Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Comissão Examinadora formada pelos professores:



Prof. Flávio Rabelo Versiani
Departamento de Economia - UnB
(Orientador)



Vander Mendes Lucas
Departamento de Economia - UnB



Donald Matthew Pianto
Departamento de Estatística - UnB

Brasília, 22 de novembro de 2010.

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Gabriella Ferraz Leboutte, pois sem sua cumplicidade, paciência, carinho e incentivo, este projeto não teria se tornado realidade.

Ao meu filho, Luca Ferraz Leboutte, pelo amor incondicional e compreensão pelas minhas inúmeras ausências. Este trabalho tem como motivação principal, o desejo de que ele viva em um mundo mais justo e igualitário.

Aos meus pais, Paulo Roberto Leboutte e Gilca Capovilla Porto, por me facultarem seus olhos para que eu visse na educação, a pedra fundamental para uma boa perspectiva de futuro.

Aos meus familiares e amigos, pelo indispensável apoio em todas as etapas de minha vida.

AGRADECIMENTO

Ao Prof. Dr. Flávio Versiani, pela dedicação percebida durante todo o curso, especialmente na elaboração desta monografia.

Ao amigo Prof. Msc. Bruno César de Araújo, pelo fundamental apoio, que foi muito além do papel de um co-orientador.

Ao Filósofo Paulo Roberto Leboutte, pelo meu mais valioso patrimônio: a ética cujo aprendizado não se dá através da leitura das obras de seus colegas.

À Liseloti Kleber, pela dedicação, defronte aos diferentes cenários da vida.

Aos que ajudaram em minha formação acadêmica, especialmente: Pesquisador Eric Jardim Cavalcante, Prof. Alexandre Dantas de Abreu, Prof. Dra. Maria Eduarda Tannuri Pianto, Prof. Dr. Donald Matthew Pianto, Prof. Dr. Paulo Britto, Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca, Prof. Dr. Rodrigo Penaloza, Prof. Dr. Vander Mendes Lucas, Prof. Msc. Ceno Odilo Kops, Prof. Msc. João Marcos Leão da Rocha e Prof. Msc. Mario Rebollo.

A todos que participaram de forma decisiva, em minha caminhada profissional, especialmente: Arnaldo César Ricci Jacob, Arno Augustin, Cezar Alvarez, Clara Ant, Clarice Copetti, João Verle, José Luiz Maio de Aquino, Lizete Marques Kagami, Márcia Schuler, Maya Takagi, Patrícia Riella Soares, Ricardo de Almeida Collar e Tereza Cruvinel.

RESUMO

PALAVRAS CHAVE: Distribuição de Renda, Bolsa-Família, Índice de Gini, Desigualdade.

O objeto central deste trabalho é analisar os impactos promovidos pelo Programa Bolsa-Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), na distribuição de renda familiar no Brasil, tanto no País como um todo quanto em cada Unidade Federativa. A análise cobre os anos de 2004 a 2008, com ênfase nos dados de 2006.

Para tanto, foi utilizado o Índice de Gini, que varia de 0 (zero), no caso de perfeita igualdade na distribuição de renda numa dada população, até 1 (um), no caso de apropriação de toda a renda da população por um indivíduo apenas. A partir da decomposição do Índice de Gini, proposta por Lerman e Yitzhaki (1985), foi estimado o efeito do incremento marginal na renda das famílias beneficiárias decorrente do recebimento da Bolsa-Família. A análise baseou-se em dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A análise permitiu observar o efeito do Programa Bolsa-Família no sentido de uma melhora na distribuição de renda, tendo-se estimado que um aumento marginal de 1% no montante financeiro empenhado no programa provocaria uma redução da desigualdade de distribuição de renda, mensurada pelo Índice de Gini, de 0,0144%.

ABSTRACT

KEY WORDS: Income Distribution, Bolsa-Família, Gini coefficient, Inequality.

The purpose of this paper is to show the impact of the Bolsa-Família Program, sponsored by the Ministry of Social Development and Fight against Hunger, over income distribution in each of the twenty-seven states, including the Federal District, as well as countrywide. The analysis covers the period 2004/2008, with emphasis on the year 2006.

The analysis is based on the Gini coefficient, which varies from zero, representing perfectly equitable income distribution within a group of people, to one, representing concentration of all income in only one person. An estimation of changes in the Gini coefficient resulting from additions to the income of families benefitted by the Program was performed, using data from the National Household Survey (PNAD), carried out annually by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).

This analysis concludes that there is a significant improvement in income distribution resulting from the Program. It was estimated that an addition of 1% to the Program budget causes a reduction of 0.0144% in the Gini coefficient, for the country as a whole.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Quantidade de Beneficiários do Programa Bolsa-Família, segundo o MDS | 25 |
| Tabela 2 - Montantes Gastos no Programa Bolsa-Família, segundo o MDS | 26 |
| Tabela 3 - Características da população brasileira segundo a PNAD 2006 sob a ótica da renda domiciliar per capita por Unidade da Federação | 32 |
| Tabela 4 - Características da População Brasileira beneficiária do Bolsa-Família segundo a PNAD 2006 e sob a ótica da renda domiciliar per capita por Unidade da Federação..... | 34 |
| Tabela 5 - Índice de Gini anual (Brasil e por UFs), com microdados PNADs de 2004 a 2008 | 36 |
| Tabela 6 - Valores gastos no Bolsa-Família: MDS X PNAD 2006 | 40 |
| Tabela 7 - Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total | 45 |
| Tabela 8 - Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total por Unidade da Federação | 47 |
| Tabela 9 - Conferência de Robustez dos Resultados dos Impactos de Variações Marginais das Rendas Componentes da Renda Total..... | 49 |
| Tabela 1A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AC..... | 55 |
| Tabela 2A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AL..... | 55 |
| Tabela 3A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AM..... | 55 |
| Tabela 4A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AP..... | 56 |
| Tabela 5A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – BA..... | 56 |
| Tabela 6A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – CE..... | 56 |
| Tabela 7A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – DF..... | 57 |

| | |
|--|----|
| Tabela 8A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – ES..... | 57 |
| Tabela 9A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – GO..... | 57 |
| Tabela 10A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MA..... | 58 |
| Tabela 11A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MG..... | 58 |
| Tabela 12A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MS..... | 58 |
| Tabela 13A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MT..... | 59 |
| Tabela 14A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PA..... | 59 |
| Tabela 15A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PB..... | 59 |
| Tabela 16A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PE..... | 60 |
| Tabela 17A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PI..... | 60 |
| Tabela 18A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PR..... | 60 |
| Tabela 19A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RJ..... | 61 |
| Tabela 20A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RN..... | 61 |
| Tabela 21A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RO..... | 61 |
| Tabela 22A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RR..... | 62 |
| Tabela 23A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RS..... | 62 |
| Tabela 24A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – SC..... | 62 |

| | |
|--|----|
| Tabela 25A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – SE..... | 63 |
| Tabela 26A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – SP..... | 63 |
| Tabela 27A – Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – TO..... | 63 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Curva de Kuznets | 6 |
| Gráfico 2 - Evolução da Média de Anos de Escolaridade no Brasil e alguns países da América Latina, 1960-2000..... | 13 |
| Gráfico 3 - Gráfico da Curva de Lorenz..... | 28 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... | 2 |
| 2.1. | <i>EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIAGNÓSTICOS ACERCA DA DESIGUALDADE</i> | <i>2</i> |
| 2.2. | <i>A DESIGUALDADE E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS</i> | <i>5</i> |
| 2.2.1. | <i>Crescimento Econômico, Desenvolvimento e Política.....</i> | <i>5</i> |
| 2.2.2. | <i>Salário Mínimo.....</i> | <i>8</i> |
| 2.2.3. | <i>Aposentadorias e Pensões</i> | <i>10</i> |
| 2.2.4. | <i>Estabilização Econômica</i> | <i>11</i> |
| 2.2.5. | <i>Juros e poder sindical.....</i> | <i>11</i> |
| 2.2.6. | <i>Diferenças de Oportunidades</i> | <i>12</i> |
| 2.3. | PTCRs NO MUNDO | 14 |
| 2.4. | CRÍTICAS AOS PTCRs E O FUTURO DESTES..... | 15 |
| 2.4.1. | <i>Controles Administrativos</i> | <i>17</i> |
| 2.5. | SOLUÇÕES DEFINITIVAS | 17 |
| 2.6. | CONCLUSÕES PARCIAIS | 19 |
| 3. | O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA | 21 |
| 3.1. | <i>HISTÓRICO</i> | <i>21</i> |
| 3.2. | <i>VALORES INDIVIDUAIS DOS BENEFÍCIOS</i> | <i>22</i> |
| 3.3. | <i>CONDICIONALIDADES.....</i> | <i>23</i> |
| 3.4. | <i>EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E FINANCEIRA.....</i> | <i>24</i> |
| 4. | ÍNDICES, DADOS E A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA | 27 |
| 4.1. | <i>ÍNDICES DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA</i> | <i>27</i> |
| 4.2. | <i>ÍNDICE DE GINI</i> | <i>27</i> |
| 4.3. | <i>FONTES DE DADOS.....</i> | <i>29</i> |
| 4.4. | <i>RENDA BRASILEIRA - PNAD 2006.....</i> | <i>31</i> |
| 4.5. | <i>RENDA BENEFICIÁRIOS DO BOLSA-FAMÍLIA - PNAD 2006.....</i> | <i>33</i> |
| 4.6. | <i>EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI BRASILEIRO</i> | <i>35</i> |
| 5. | EFEITO DO BOLSA-FAMÍLIA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA..... | 38 |
| 5.1. | METODOLOGIA DE CÁLCULO | 38 |
| 5.1.1. | <i>Tratamento dos dados.....</i> | <i>38</i> |
| 5.1.2. | <i>Consistência da variável BOF.....</i> | <i>39</i> |
| 5.1.3. | <i>Decomposição do Índice de Gini.....</i> | <i>41</i> |
| 5.1.4. | <i>Estimação dos efeitos marginais</i> | <i>44</i> |
| 5.2. | RESULTADOS..... | 45 |
| 5.2.1. | <i>Agregado Brasil.....</i> | <i>45</i> |
| 5.2.2. | <i>Agregado por Unidade Federativa.....</i> | <i>46</i> |
| 5.2.3. | <i>Robustez dos Resultados.....</i> | <i>49</i> |
| 6. | CONCLUSÃO | 51 |
| 7. | APÊNDICE ÚNICO – RESULTADOS DAS UF’S | 54 |
| 8. | BIBLIOGRAFIA..... | 63 |

1. Introdução

O Programa Bolsa-Família do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) pelos seus objetivos, porte e abrangência, vem promovendo uma série de debates, publicações, estudos e *papers* acerca do assunto. Além do tratamento do tema no cenário nacional, existem ainda Programas de Transferência Condicionada de Renda em outros países que, não diferentemente do caso brasileiro, são extremamente debatidos.

Para este estudo, focar-se-á o impacto do Programa brasileiro na dimensão econômica da sociedade, em especial na distribuição de renda, esta sendo medida pelo Índice de Gini. O Índice de Gini varia de 0 (zero) até 1 (um), representando este a apropriação por somente uma pessoa de toda a renda do universo observado, enquanto aquele representa a equidade total na distribuição da renda entre a população observada.

Através de dados estatísticos oriundos da PNAD do IBGE, bem como modelagem de dados e tabulação dos mesmos, pode-se observar o efeito marginal deste Programa, caso a renda destinada a este fosse alterada. Para isto, utiliza-se da metodologia de decomposição do Índice de Gini proposta por Lerman e Yitzhaki (1985).

Segundo os dados de 2006, a análise permitiu observar que o Programa Bolsa-Família colabora para uma melhor distribuição de renda, tendo-se estimado que um aumento marginal de 1% no montante financeiro empenhado no programa acarretaria uma redução na desigualdade de distribuição de renda, mensurada pelo Índice de Gini, de 0,0144%.

2. Revisão Bibliográfica

2.1. *Evolução Histórica e Diagnósticos acerca da Desigualdade*

De uma forma geral, os trabalhos que analisam a distribuição de renda no Brasil e ainda as publicações dos órgãos governamentais que elaboram estatísticas macroeconômicas, sinalizam uma melhora na distribuição de renda do país, a partir dos anos 90, sendo que esta desconcentração de renda vem ocorrendo de forma gradual e consistente no decorrer dos anos analisados.

As discussões acadêmicas estão mais focadas nas possíveis explicações para esta queda na concentração de renda e ainda a importância de diversos tipos de renda da sociedade, em especial as oriundas de programas sociais do Estado.

Observando a melhora da distribuição de renda no Brasil, no período de 1993 a 2004, Ferreira, Leite e Litchfield (2006) sugerem quatro possíveis explicações a serem exploradas: queda da desigualdade do nível de escolaridade, queda da diferença entre as rendas recebidas nos meios urbano e rural, queda potencial nas desigualdades raciais e aumentos / melhorias nos programas de assistência social governamentais.

Os autores utilizaram as PNAD's de 1981 até 2004 e metodologia de desagregação do Índice de Gini, semelhante à metodologia aplicada no presente trabalho, quando os autores exploram o papel dos programas sociais e ainda a queda da desigualdade do nível de escolaridade. Explorando as outras duas possíveis explicações, que são a diferença da renda dos meios rural e urbano e a questão racial, os autores utilizaram as informações advindas da PNAD, porém sem atribuir a estas, peso ou participação no Índice de Gini através de um modelo de decomposição do índice.

Scorzafave e Lima (2006), através da análise das PNAD's de 1993 até 2005 e utilizando a decomposição de Lerman e Yitzhaki (1985) concluem que o principal fator desconcentrador de renda foi o comportamento dos salários do setor privado. Tomando-se como referência o ano de 1995, os autores extraem da decomposição do Gini que um incremento de 1% nos salários dos trabalhadores do setor privado, impactaria em uma queda do Índice de Gini de 0,025%. Este incremento na renda dos trabalhadores privados, tomando-se o ano de 2004, teria como consequência uma queda do Índice de Gini de 0,036%.

Atuando em sentido contrário, a renda oriunda de aposentadorias e pensões e a renda oriunda de salários pagos pelo Governo para funcionários públicos, no ano de 2004, agiriam como elementos concentradores de renda. Ambas as rendas, caso fossem incrementadas em 1%, aumentariam o Índice de Gini em 0,04%, apresentando-se mais significativas que a redução estimada nos salários dos funcionários da iniciativa privada.

Sergei Soares em “Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no período de 2001 a 2004” (2006) pondera que houve uma queda contínua na concentração de renda do país, no período de 2001 a 2004; que o ano de 2004 teria sido, até então, o ano com melhor distribuição de renda desde a criação de estatísticas confiáveis e que apesar dos programas de transferência de renda terem colaborado para a redução da desigualdade na distribuição de renda, a desconcentração dos rendimentos oriundos do trabalho é que foi o grande fator da queda do Índice de Gini para aquele ano.

Analisando a evolução da distribuição de renda entre 1997 e 2004, Hoffmann (2006) conclui que o período foi muito favorável para os pobres. Decompondo a evolução da desigualdade na distribuição de renda, o pesquisador conclui que os

programas de transferência de renda tenham contribuído com 28% da redução na desigualdade observada de 1998 até 2004, sendo que na região nordeste este percentual sobe para 66%. O próprio autor retifica a opinião expressa em “As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade” (2005), ponderando que a decomposição das medidas de desigualdade daquele trabalho estavam corretas, porém as análises das mudanças dos seus componentes no tempo não foram feitas da maneira mais apropriada.

Do mesmo pesquisador, trabalho visando mensurar a importância das diferentes rendas componentes da PNAD para a desigualdade da distribuição de renda (2006), conclui que somente 10% a 20% da redução da desigualdade está associada aos programas de transferência de renda.

Em estudo de Ahluwalia, executado em co-autoria com Carter e Chenery (1978), já estava previsto o que hoje observa-se empiricamente, ou seja, que a eliminação da pobreza absoluta até o final do século era uma possibilidade altamente improvável e que para os países mais pobres alcançarem uma melhoria de distribuição de renda, teriam de combinar políticas de crescimento econômico com controle populacional e ainda praticarem políticas que fizessem com que o crescimento econômico fosse mais apropriado pela base da pirâmide social.

Barros et al. (2006), analisaram a melhora na distribuição de renda ocorrida entre 2001 e 2004, quando o Índice de Gini foi de 0,593 para 0,569. Observaram que durante o período analisado, os 10% mais pobres perceberam crescimento econômico de 7% ao ano, quanto os 10% mais ricos perceberam a taxa de -2%.

A pesquisa elencou as transferências governamentais, com destaque para o Programa Bolsa-Família, como sendo responsáveis por 34% da queda do Índice de Gini; o declínio na diferença da remuneração dos trabalhadores responde por 40% da queda da desigualdade; a interiorização da economia, reduzindo as diferenças de renda entre os meios rural e urbano, respondem por 15% da queda; e, por fim, 10% da queda da desigualdade encontra explicação na redução da diferença da remuneração para aos trabalhadores devido a diferença do nível educacional.

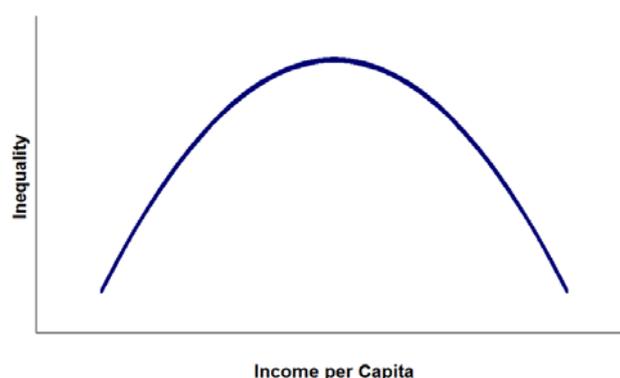
2.2. A Desigualdade e sua relação com outras variáveis econômicas

2.2.1. Crescimento Econômico, Desenvolvimento e Política

O modelo teórico que analisa a relação entre estas variáveis e que ocupa destaque na bibliografia é o trabalho desenvolvido pelo Prêmio Nobel Simon Kuznets (1995), cujo estudo originou a “Curva de Kuznets”. Esta curva projeta no eixo das abscissas a renda per capita e no eixo das ordenadas a desigualdade da renda, formando assim uma parábola com o vértice voltado para cima.

A teoria sustenta que a desigualdade se agrava com crescimento econômico enquanto o país está abaixo de certo ponto de renda per capita e após este ponto, onde a desigualdade alcança seu apogeu, o crescimento econômico desencadeia um processo distributivo de renda.

Gráfico 1 - Curva de Kuznets



Fonte: Wikipedia.

Em análise empírica do modelo proposto por Kuznets (1995), o estudo “Inequality, Poverty and Development” de Ahluwalia (1976), debate as relações entre as variáveis desigualdade, pobreza e desenvolvimento. O estudo analisa 60 países, sendo 40 em desenvolvimento e pondera que: nos primeiros estágios do desenvolvimento há uma piora na distribuição de renda e que esta tendência se reverte nos estágios posteriores, além de destacar que este processo é mais duradouro no grupo de países mais pobres. Durante o processo de desenvolvimento, ocorrem processos simultâneos a este e que podem ser interpretados como causais, tais como: melhoria nível educacional, redução do crescimento populacional e mão de obra mais qualificada. Estes processos simultâneos explicariam a melhoria na distribuição de renda nos últimos estágios do desenvolvimento. O autor conclui que não há como associar-se crescimento econômico a um aumento na desigualdade, pois esta relação depende do estágio de desenvolvimento que a nação se encontra.

Barros, Carvalho, Franco e Mendonça publicaram dois ensaios em 2007 ponderando que, ao analisarem o Brasil durante o período 2001-2005, observaram crescimento econômico modesto, combinado com redução significativa da desigualdade. Salientam que neste período em que o Índice de Gini caiu 4,6%, a

principal força propulsora desta queda foi a melhoria na distribuição de renda e não o aumento da renda através do crescimento econômico, como ocorreu em outros períodos históricos; e que, independente do índice utilizado, há queda na desigualdade. Concluem ainda que o ritmo de 4,6% de desconcentração de renda (mensurada pelo Índice de Gini) pode ser considerado um dos mais acelerados do mundo.

Pesquisando 92 países, Dollar e Kraay (2002) defendem que o crescimento econômico traz benefícios para a população mais pobre. Estes pesquisadores demonstraram que a renda média dos mais pobres varia na mesma taxa que a observada pela renda média de toda a economia. Os autores ponderam que o estudo não permite concluir que crescimento econômico é tudo o que se precisa para melhorar a situação econômica dos mais pobres, porém apenas enfatizam que o crescimento econômico deve ser utilizado, juntamente com outras políticas, para que o resultado seja uma redução da pobreza. Destacam que o crescimento econômico deve estar acompanhando, invariavelmente, de baixa inflação, tamanho governamental moderado, sistema financeiro desenvolvido, segurança jurídica e comércio internacional.

Também relacionando crescimento econômico e distribuição de renda, Persson e Tabellini (1994) analisaram países com renda per capita alta em relação ao resto do mundo. Os países analisados foram: Áustria, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido e os EUA, durante o período de 1830 até 1985, e concluíram que, apesar de diferenças entre os estágios de desenvolvimento dos países observados, a análise empírica permite afirmar que nos países democráticos, a desigualdade é negativamente correlacionada com crescimento.

Tomando-se a variável política como endógena ao modelo, Alesina e Rodrik (1994) analisam a relação entre política e o crescimento econômico, tomando-se o

conflito distributivo entre os agentes da relação capital-trabalho. Os autores defendem que uma política maximizadora do crescimento econômico somente vem a beneficiar o topo da pirâmide social. Demonstram que a concentração de renda está positivamente correlacionada com crescimento econômico. Os autores finalizam com a idéia que os eleitores têm de internalizarem este problema da sociedade, para que esta análise reflita em seus respectivos votos. Aqui cabe a observação que o estudo ignora um ponto extremamente pertinente destas relações macroeconômicas que é o estágio de desenvolvimento e riqueza que o país se encontrava durante o período analisado e assim, desconsiderando a Curva de Kuznets, tema que abre a presente seção.

O pesquisador Pedro Fonseca (2004), confrontando as variáveis desenvolvimento econômico e distribuição de renda conclui que: a distribuição de renda não é decorrência imediata do desenvolvimento econômico, mas que ambos podem (e devem, por suposto) ocorrer simultaneamente. Pondera que a experiência histórica de vários países evidencia que isto só ocorre quando acompanhado de aumentos crescentes de produtividade e dentro de um quadro institucional adequado para que ambos, desenvolvimento e redistribuição, ocorram conjuntamente. Isoladamente, desenvolvimento e distribuição são condições necessárias, porém não suficientes, para que se atinja desenvolvimento acompanhado de erradicação da pobreza.

2.2.2. Salário Mínimo

Tratando da relação da distribuição de renda com o Salário Mínimo, Mello e Correa (2000) apontam que o salário mínimo pode ser utilizado como poderoso mecanismo de distribuição de renda no país. Na época do estudo, o salário mínimo era percebido por 28 milhões de indivíduos, sendo 15 milhões de trabalhadores ativos (20% do total de trabalhadores ativos) e 13 milhões referem-se a aposentados (59% dos

aposentados do país). Assim, políticas que valorizem o Salário Mínimo são percebidas pela base da pirâmide social brasileira, cuja quantidade de pessoas remuneradas tendo como referência este piso é bastante expressiva.

Considerando que os impactos do Salário Mínimo na distribuição de renda são diversos e de mensuração complexa, devido à vasta gama de efeitos indiretos provocados pelo incremento deste tipo de renda, Barros, Corseuil e Cury (2001) utilizaram a abordagem de equilíbrio geral desenvolvida por Devarajan, Lewis e Robinson (1991) e concluíram que o efeito do aumento do salário mínimo é desprezível, caso desconsiderados os pagamentos efetuados pela previdência social. Com estes benefícios incluídos o efeito é significativo.

Os autores concluíram que na simulação que exclui os benefícios previdenciários, dependendo da linha de pobreza que a família se encontra, o impacto de um aumento do salário mínimo pode representar um incremento da pobreza de 2,81 até 3,10 p.p., enquanto incluindo-se os benefícios pagos pela previdência esta variação estimada é de -0,75 até -0,94 p.p.

Buscando as possíveis explicações para a queda recente na pobreza e melhoria na distribuição de renda no Brasil, Foguel, Courseuil, Barros e Leite (2000) também analisaram o impacto do salário mínimo no combate a pobreza, através da PME – Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE no período de 1995 até 1998. Considerando as principais regiões metropolitanas, concluíram que um aumento de 10% no salário mínimo reduziria o grau de pobreza em aproximadamente 4,2%. Neste estudo, os pesquisadores utilizaram como mensurador da pobreza o “hiato de renda médio”, associado a uma linha de pobreza de R\$ 50,00 e R\$ 75,00 de 1995.

Os pesquisadores ponderam ainda que há a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o impacto do aumento do salário mínimo sobre a economia informal e que este aumento interfere sobre a economia geral e sobre o mercado de trabalho, podendo inclusive ter efeito sobre o nível de emprego, efeito este não capturado pela modelagem proposta pelos pesquisadores. Esta limitação é que torna a utilização de um modelo de equilíbrio geral, conforme desenvolvido por Devarajan, Lewis e Robinson (1991), extremamente válida, tornando endógeno o efeito sobre o nível de emprego.

2.2.3. Aposentadorias e Pensões

Outro agregado de renda que é focado nos estudos que tratam de distribuição de renda é o oriundo de aposentadorias e pensões, que por ser uma renda com agregador próprio na PNAD, também aparece no presente trabalho e corrobora os estudos já existentes.

Hoffmann (2003), ao analisar exclusivamente o papel das aposentadorias e pensões na distribuição de renda no Brasil concluiu que este tipo de renda aumenta a desigualdade na distribuição de renda e ainda estimou que este problema deverá se agravar no futuro, devido ao aumento do número de idosos na composição da população.

Também tratando exclusivamente sobre as aposentadorias e pensões, estudo feito na Universidade Estadual de Londrina, Ferreira e Souza (2004), comprova que no período de 1981 a 2001, o grupo de rendimentos focado no trabalho desempenhou papel concentrador de renda, fazendo com que os autores sugerissem à Previdência Social encontrar soluções e regras adequadas para resolver este quadro, repactuando direitos e

obrigações. Também focados no efeito sobre a distribuição de renda das aposentadorias e pensões, os pesquisadores Ferreira e Souza (2007) concluem que estas rendas contribuíram fortemente para a concentração de renda no país, no período de 1998 à 2003.

2.2.4. Estabilização Econômica

O impacto do plano real na distribuição de renda também aparece na literatura, uma vez que o principal êxito do plano foi o combate à hiperinflação brasileira, o que deteriora o poder de compra dos mais pobres. Matos e Cardoso Júnior (2000) concluem que o plano real não foi concebido para ser ferramenta distribuidora de renda e que a estabilização por si só não garante melhoria consistente dos perfis distributivos.

Também considerando a inflação como elemento indutor de concentração de renda, devido a deterioração do poder de compra conseqüente desta, que funciona como uma espécie de tributo regressivo, Fernandes (2002) atribui ao plano real forte transferência de renda dos estratos superiores para os estratos inferiores de renda, devido a este ter findado com o processo hiper-inflacionário do Brasil. Pondera porém que o controle inflacionário por si só não é suficiente para alavancar um processo distributivo de renda.

2.2.5. Juros e poder sindical

Como se extrai do decorrer do presente trabalho, a parcela dos rendimentos oriundos de salários é o agregado mais importante dentre as rendas, perfazendo mais de 75% do total da renda brasileira. Assim sendo, é de suma importância observar-se as conclusões de Lara (2010) tratando da economia norte-americana, ponderando que, no período de 1970 à 1997, as altas taxas reais de juros determinaram uma elevação da

lucratividade do capital, bem como o cenário político de reduzido poder de barganha da classe trabalhadora impediu que esta pudesse resistir a queda dos rendimentos salariais. Assim, o autor conclui que sob o ponto de vista da distribuição pessoal de renda, a liberalização do mercado e a fragilidade das negociações coletivas favorecem uma maior dispersão dos rendimentos salariais.

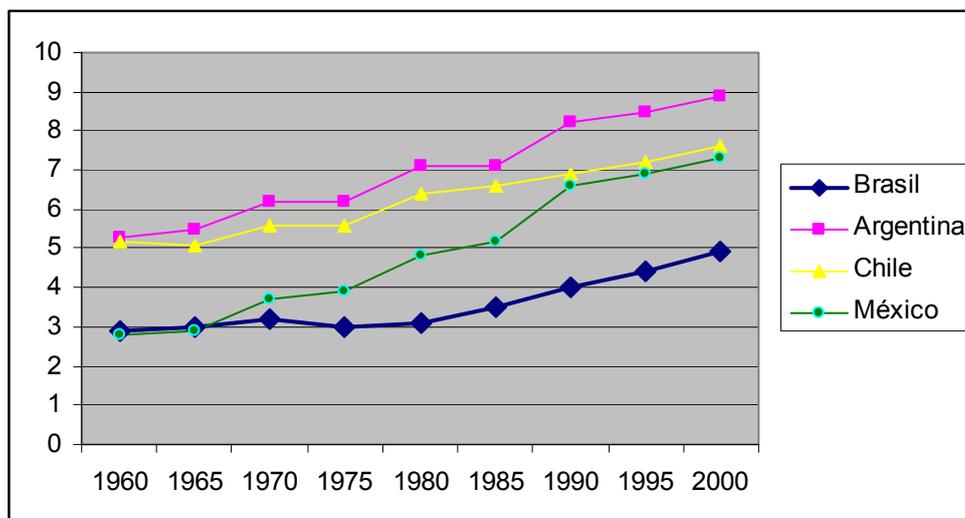
2.2.6. Diferenças de Oportunidades

Uma vez que um dos principais objetivos dos programas de transferência condicionada de renda é, através do aumento do nível educacional, quebrar a transferência de pobreza entre as gerações, faz-se pertinente ressaltar o estudo “Inequality of Outcomes and Inequality of Opportunities in Brazil” de Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2003). Este demonstra que certas circunstâncias observadas (nível de renda e perfil de antecedentes familiares), são as maiores fontes de desigualdade de distribuição de renda no Brasil. Utilizando-se dados de 1996 e a teoria de igualdade de condições de John Roemer, o trabalho demonstra que a desigualdade de oportunidades (ou diferença de circunstâncias) é responsável por cerca de 10% do Índice de Gini.

O quadro educacional do Brasil e as implicações deste quadro na desigualdade de renda e no crescimento econômico são analisados em “A Escassez da Educação” de Ferreira e Fernando (2005). Os autores analisam o século XX, observando que durante este período podem-se destacar duas características marcantes na sociedade brasileira que são a baixa escolaridade média da força de trabalho (comparando-se com países em estágio semelhante de desenvolvimento) e a elevada desigualdade de renda.

Segue demonstração gráfica desta evolução.

Gráfico 2 - Evolução da Média de Anos de Escolaridade no Brasil e alguns países da América Latina, 1960-2000



Fonte: Economia Contemporânea Brasileira, adaptado pelo autor.

O gráfico demonstra claramente que o nível educacional no Brasil, perante outros países com grau de riqueza e desenvolvimento semelhantes ao brasileiro, é bastante baixo.

Acrescente-se a isto o fato do país apresentar um elevado “prêmio à escolaridade”. Estimativas apontam que cada ano de estudo reflete em um aumento salarial de 15%, enquanto nos Estados Unidos esta taxa é de 10%. Aqui reside um dos fatores que faz o elo entre nível educacional e desigualdade de renda. O trabalho ressalta ainda que a transmissão do nível educacional entre as gerações é bastante elevada, pois a probabilidade de um filho de pais analfabetos também ser analfabeto é de 31,9% e a probabilidade de ter, no máximo, dois anos de estudo é de 50%.

Por fim, os autores concluem que a transmissão do baixo nível educacional entre gerações, associado à maior remuneração que o melhor nível de escolaridade proporciona no mercado de trabalho brasileiro, tem como uma das conseqüências a alta concentração da renda brasileira.

Analisando o comportamento da distribuição de renda em Taiwan durante 1979 e 1994, observa-se uma estabilidade na distribuição de renda. Bourguignon, Pournier e Gurgand (2001) desagregaram este comportamento e observaram que diferentes fatores atuaram no sentido de melhoria e piora na distribuição de renda, porém estas forças se anularam e o quadro consolidado de distribuição de renda permaneceu inalterado. A desagregação permite concluir que o nível educacional e a remuneração na relação capital-trabalho são fundamentais para uma melhoria na distribuição de renda.

2.3. PTCRs no mundo

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda são encontrados em outros países e também são massivamente estudados sob diversas óticas da economia. Exemplos destes PTCRs são o chileno “*Chile Solidário*”, o colombiano “*Famílias en Acción*”, o mexicano “*Progresas*”, o paraguaio “*Tekoporã*”, dentre outros.

Soares e Britto (2007) discutem as principais questões referentes aos programas de transferência condicionada de renda em dinheiro (CCT – *Conditional Cash Transfer*), existentes na América Latina e Caribe. No México, encontra-se o *Progresas/Oportunidades* que existe desde 1997 e tem como objetivo romper com a transmissão de pobreza entre as gerações, através do condicionamento da percepção do benefício ser a manutenção das crianças da família beneficiária na escola. *Chile Solidário* tem foco nas famílias em situação de extrema pobreza e ainda oferece às mesmas um intensivo suporte psico-social por dois anos. O *Tekoporã* no Paraguai ou ainda o *Red Solidária* em El Salvador se deparam com desafios como orçamentos enxutos e pequenas estruturas administrativas para operacionalizar seus programas sociais e focam suas condicionalidades no acúmulo de capital humano, além das famílias somente poderem permanecer no programa por três anos. Na Colômbia, o

Famílias em Accion também possui foco no capital humano. Em todos os programas analisados, os autores entendem que estes não encaminham os beneficiários para uma emancipação em relação ao Estado.

Analisando o Panamá, em estudo feito para o PNUD pelos pesquisadores Barros, Carvalho e Franco (2009), foi ponderado que o sucesso de um programa de combate à pobreza depende da magnitude do esforço empenhando no programa e a capacidade deste transformar famílias pobres em famílias não pobres. Esta capacidade está atrelada a um diagnóstico adequado das causas da pobreza e do uso de instrumentos adequados para combatê-la. No caso Panamenho, a pobreza advém mais fortemente da má distribuição de renda, do que pela escassez de renda. Assim, os autores sugerem uma política de combate a pobreza daquele país através da combinação de crescimento econômico e redução do grau de desigualdade.

2.4. Críticas aos PTCRs e o futuro destes

Satyro e Soares (2009) destacam a importância do Programa Bolsa-Família na redução da desigualdade na distribuição de renda do país e defendem que este deve ganhar maior segurança jurídica, deixando de ser um programa de governo e passando a ser uma política de Estado. Destacam também que deve-se observar o comportamento da distribuição de renda dentro das Unidades Federativas, pois o estudo demonstrou que em algumas destas, a concentração de renda se agravou, a despeito do esforço de redução da desigualdade que o Bolsa-Família gerou em todas as UF's.

Já no estudo “Programas de Transferências de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade”, os pesquisadores Fábio Veras Soares, Sergei Soares, Marcelo Medeiros e Rafael Osório (2005) concluíram que os programas de transferência de renda possuem

importante papel no combate a desigualdade pois estes são extremamente focalizados, sendo que 80% da renda do Bolsa-Família vai para famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza.

Medeiros, Britto e Soares (2008) concluíram no estudo *Targeted cash transfer programmes in Brazil: BPC and the Bolsa Familia* que os programas cumprem os papéis para os quais eles foram criados, pois reduzem a pobreza e a desigualdade de distribuição de renda, possuem custos baixos e compatíveis com o Orçamento Governamental do Brasil, não provocam um incentivo para que os beneficiários não procurem um emprego formal e ainda opinam que estes programas deveriam ser expandidos em um futuro próximo.

Segundo estudo da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, apresentado em 2009 pela Secretária Executiva Alicia Bárcena, os programas de transferência condicionada de renda existentes nos 18 países da América Latina, possuem abrangências diferenciadas perante a população pobre e indigente. Os países da América Latina com maior porte econômico abarcam em seus programas a totalidade da população indigente e praticamente a totalidade da população pobre. Os países que contemplam 100% dos indigentes são: Equador, Brasil, México, Uruguai, Chile e Argentina. Já a população pobre não está integralmente coberta pelos programas assistenciais em nenhum dos países da América Latina, sendo que Equador e Brasil possuem a maior cobertura observada, isto é, 83,9% e 83,3%, respectivamente.

Para a CEPAL, no âmbito dos programas de transferência condicionada de renda, uma das recomendações é a ampliação da cobertura e da qualidade dos programas, especialmente para as famílias com filhos. Genericamente, as recomendações são: o Estado garantir a provisão de bens públicos, a definição de uma

visão de longo prazo com diálogo social, garantir a responsabilidade fiscal estatal, criação de valor social deste o mercado e proteção dos setores mais vulneráveis.

2.4.1. Controles Administrativos

Pesquisa elaborada por Soares (2009), intitulada “Volatilidade de Renda e a Cobertura do Programa Bolsa-Família”, demonstra fragilidade administrativa na concessão do benefício social Bolsa-Família, pois há volatilidade na renda dos indivíduos, porém as regras do programa estipulam verificações de renda de dois em dois anos, fazendo com que qualquer medida transversal de pobreza nunca irá ao encontro do número de beneficiários sem deixar alguma família elegível sem benefício.

Baseando-se no *Progres*, Skoufias, Davis e La Vega (2001) avaliam o critério de seleção dos domicílios que serão beneficiados pelo programa de transferência condicionada de renda do México. Pelas ponderações dos autores, pode-se perceber que o Programa Progres possui diversas falhas administrativas a serem saneadas.

2.5. Soluções Definitivas

Para Pinto (2007), os programas de transferência de renda minoram os problemas do dia-a-dia, porém não traçam uma solução de longo prazo, visando quebrar a transmissão da pobreza entre as diferentes gerações. Para o pesquisador, uma solução de longo prazo passa pela transferência de ativos para os mais pobres, melhoria do nível educacional desta população e o acesso ao crédito. Estas três ações seriam financiadas por um Imposto de Solidariedade.

A repactuação de um amplo acordo social, onde as classes mais altas assumam responsabilidades em reduzir as desigualdades de forma estrutural e a população em

geral desenvolva um maior senso de controle social sobre o Estado, visando conter sua captura por interesses particulares, são pontos a serem vencidos para a busca de uma sociedade mais justa, segundo Parreiras (2007).

Conforme Lima (2009), o processo de melhoria na distribuição de renda do país passa pela manutenção do crescimento econômico com criação de novos postos de trabalho, melhoria do nível educacional da população, maior eficiência dos programas de transferência de renda e ainda uma política que atue no efeito concentrador de renda que possuem as aposentadorias e pensões pagas pelo Governo. Durante os últimos anos observou-se queda na desigualdade da renda. O papel dos programas de transferência de renda é limitado, embora tenham evidências que estes favorecem os estratos inferiores da sociedade. A queda da desigualdade explica-se, em grande parte, pelo comportamento da renda dos trabalhadores do setor privado, que vai de encontro ao efeito das rendas oriundas de aposentadorias e pensões pagas pelo governo.

A polarização da renda no Brasil, através da metodologia proposta por Esteban (2007) foi tema do estudo de Castro e Scorzafave (2007) e os autores demonstram primeiramente que esta metodologia guarda relação com o Índice de Gini, em especial com a queda deste entre 1981 e 2003 ocorrida no Brasil. Ponderam que a distância da renda média dos grupos "classe alta" e "classe baixa" é extremamente significativa e muito maior que em países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Canadá e Suécia. Assim sendo, identificar as causas dessa grande distância, deve receber esforços acadêmicos e governamentais, pois é o grande fator preponderante na desigualdade da distribuição de renda.

No trabalho "*The Poverty-Growth-Inequality Triangle*", François Bourguignon (2004) analisa a relação entre as variáveis: pobreza, crescimento e distribuição de renda.

O autor pondera que a elite detentora de poder político, deve favorecer a criação de uma classe média, inclusive por razões econômicas. Esta classe média seria criada através da elevação de seu nível educacional.

2.6. Conclusões Parciais

Visando sistematizar a análise bibliográfica considerada pelo presente, segue alguns pontos que aparecem em diversos estudos arrolados neste estudo e que, de certa forma, convergem para um denominador comum e, em alguma medida, são ratificados pelo presente trabalho:

- Nos últimos anos, observa-se uma queda gradual na concentração de renda do país;
- Os programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa-Família, beneficiam os estratos mais pobres da sociedade e possuem importante papel no combate à miséria, porém não devem ser tratados como a solução de longo prazo para este problema social, tampouco como ferramenta equalizadora de renda;
- Aposentadorias e pensões pagas pelo governo são fortes elementos concentradores de renda, no caso brasileiro;
- Política de aumento real do Salário Mínimo possui efeito distributivo quando computados os benefícios pagos pela Previdência Social;
- Os controles administrativos do Programa devem ser aprimorados, porém tem que encontrar o equilíbrio na difícil relação entre custo e benefício dos controles estabelecidos; e

- Não há solução para o problema da distribuição de renda, utilizando-se somente políticas distributivas ou de crescimento econômico, sem combiná-las com outras frentes.

Apesar de não haver convergência plena sobre possíveis soluções para a desigualdade, alguns encaminhamentos aparecem na grande maioria dos estudos e podem ser tratados como condições necessárias, porém sem serem suficientes: crescimento econômico, controle inflacionário, melhoria do nível educacional e menor dispersão salarial (em grande parte, decorrente da melhoria do nível educacional).

Nas análises acerca do Brasil, não há dúvida que o peso da renda oriunda do trabalho é extremamente significativo, uma vez que é a renda com maior participação em nossa economia, fazendo com que qualquer política distributiva tenha de agir fortemente sobre esta variável.

3. O Programa Bolsa-Família

3.1. *Histórico*

Até outubro de 2003, o Brasil tinha quatro Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), sob o comando do Governo Federal. O primeiro a ser criado, em 1996, foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este era altamente focalizado nas crianças de 7 a 15 anos que trabalhavam, ou estavam sob risco de trabalhar, em atividades perigosas, insalubres ou degradantes, tais como o cultivo de cana-de-açúcar ou em carvoarias. O PETI era composto de duas partes: uma bolsa de R\$ 25,00 para crianças em áreas rurais, e R\$ 40,00 em áreas urbanas, e um orçamento suplementar para os municípios, cujo objetivo era a criação de uma jornada escolar ampliada, de tal forma que nem as crianças beneficiadas tampouco as demais tivessem tempo para trabalhar. As contrapartidas do PETI eram que as crianças menores de 16 anos não trabalhassem e tivessem frequência escolar de 75% no ano. O órgão responsável pelo PETI era a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS).

O segundo PTCR federal no Brasil foi o Bolsa Escola, criado em 2001. A contrapartida consistia na frequência à escola mínima de 85% no ano para crianças de 6 a 15 anos. O benefício era concedido a famílias cuja renda per capita se situava abaixo de R\$ 90,00. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto de R\$ 45,00 por família, e era o Ministério da Educação que respondia pelo programa.

Um pouco depois do Bolsa Escola foi criado o Bolsa Alimentação, um PTCR da área da saúde, cujas contrapartidas eram: aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança entre 0

e 6 anos, com teto de R\$ 45,00 por família. O programa estava a cargo do Ministério da Saúde. Em 2003 foi criado um quarto programa, o Cartão Alimentação, vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ligado diretamente à Presidência da República. Tratava-se de uma transferência de R\$ 50,00 para famílias cuja renda per capita não alcançava meio salário mínimo, e seu uso era circunscrito exclusivamente à compra de alimentos.

Cada programa tinha sua agência executora e a coordenação entre elas era mínima. A princípio os sistemas de informação desses quatro programas eram separados e não se comunicavam, de modo que uma família poderia receber todos os quatro, enquanto outra, vivendo em condições iguais, poderia não receber transferência alguma. Os valores dos benefícios variavam entre programas, e assim sendo o Governo Federal estava fazendo transferências distintas para famílias em situações semelhantes, justificando-as com, praticamente, os mesmos argumentos.

Em outubro de 2003, o governo federal criou o Programa Bolsa-Família, cujo objetivo primordial era organizar os quatro PTCRs em um único programa. O Bolsa-Família também incorporou o Vale-Gás, uma transferência sem contrapartida. Para realizar a unificação, o programa se beneficiou da existência do Cadastro Único, que vinha sendo aperfeiçoado e expandido de forma lenta desde sua criação em 2001, e cujo objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos PTCRs federais.

3.2. Valores Individuais dos Benefícios

Para o Bolsa-Família, as famílias pobres foram divididas em dois grupos: as extremamente pobres, com renda familiar per capita mensal de até R\$ 50,00; e as pobres, com renda familiar per capita mensal de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Em novembro

de 2006 esses valores foram atualizados para R\$ 60,00 e R\$ 120,00. As famílias extremamente pobres participantes recebem um benefício fixo de R\$ 50,00 independentemente da composição familiar. Além disso, o programa tem um benefício variável, recebido por famílias pobres ou extremamente pobres, a depender da composição familiar: para cada criança de até 15 anos, ou cada gestante, ou cada nutriz, a família recebe R\$ 15,00.

Todavia, o benefício variável tem um limite de três crianças/gestantes/nutrizes por família. Destarte, o valor máximo do benefício é R\$ 95,00 para as famílias extremamente pobres, e R\$ 45,00 para as pobres.

3.3. Condicionais

Assim como os valores transferidos e as linhas de insuficiência de renda que determinam a elegibilidade para o programa, também as contrapartidas, ou “condicionalidades”, foram herdadas dos Programas de Transferência Condicionada de Renda que deram origem ao Bolsa-Família.

Essas contrapartidas são:

- as crianças em idade escolar (6 a 15 anos) das famílias participantes devem estar matriculadas e terem uma frequência à escola de, ao menos, 85% dos dias do ano letivo – mudanças de estabelecimento de ensino devem ser comunicadas à administração do programa;
- as crianças de 0 a 6 anos devem ter seus cartões de vacinação em dia e devem ser levadas para visitas regulares a postos de saúde, para consultas e monitoramento do peso e da altura;

- gestantes devem comparecer a postos de saúde para consultas de pré-natal, e nutrízes para acompanhamento pós-parto; e
- gestantes e nutrízes devem participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

Note-se que não há contrapartidas definidas para as famílias extremamente pobres que recebem apenas o benefício fixo, mas apenas a sugestão de que os adultos devem participar de eventuais atividades de treinamento e qualificação profissional.

3.4. *Evolução Quantitativa e Financeira*

Desde sua criação, o Programa teve modificações bastante relevantes, sendo a mais significativa o incremento em seu orçamento. Este acréscimo financeiro deve-se tanto ao aumento no valor das bolsas distribuídas, quanto no aumento da quantidade de beneficiários, salvo reduções pontuais do número de beneficiários, que não traduz uma tendência de longo prazo – pondere-se que a não redução da quantidade dos beneficiários apresenta uma importante discussão acerca do Bolsa-Família, que é a ausência de emancipação definitiva dos beneficiários em relação ao Estado.

Apesar de observar-se leve queda no número de beneficiários no ano de 2008, o montante financeiro destinado ao programa aumentou naquele ano, em relação a 2007, demonstrando que a queda do número de beneficiários foi absorvido pelo aumento no valor médio das bolsas.

A tabela a seguir apresenta a evolução do Programa desagregada por Unidade Federativa, considerando os registros oriundos dos controles administrativos do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

Tabela 1 - Quantidade de Beneficiários do Programa Bolsa-Família, segundo o MDS

| UF | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| AC | 17.375 | 28.851 | 38.908 | 53.404 | 57.354 | 55.037 |
| AL | 127.612 | 214.726 | 253.745 | 339.921 | 351.402 | 347.585 |
| AM | 56.601 | 104.135 | 147.266 | 204.075 | 216.487 | 222.542 |
| AP | 7.528 | 10.256 | 11.429 | 26.244 | 38.505 | 39.191 |
| BA | 519.268 | 838.963 | 1.067.291 | 1.391.245 | 1.411.662 | 1.372.763 |
| CE | 393.247 | 572.730 | 742.454 | 882.220 | 891.418 | 870.153 |
| DF | 2.060 | 41.943 | 54.159 | 85.725 | 78.294 | 76.414 |
| ES | 39.615 | 120.911 | 160.836 | 191.421 | 187.927 | 171.419 |
| GO | 60.509 | 135.758 | 186.866 | 259.524 | 260.368 | 245.268 |
| MA | 268.776 | 380.742 | 532.126 | 706.878 | 737.539 | 729.610 |
| MG | 387.859 | 756.335 | 998.011 | 1.128.261 | 1.080.823 | 992.739 |
| MS | 27.824 | 32.588 | 85.098 | 114.876 | 112.212 | 102.433 |
| MT | 30.514 | 82.116 | 118.663 | 136.495 | 132.798 | 121.703 |
| PA | 139.248 | 259.641 | 337.694 | 506.444 | 532.755 | 528.997 |
| PB | 180.609 | 273.135 | 337.001 | 406.904 | 416.863 | 410.707 |
| PE | 287.259 | 518.956 | 633.500 | 860.546 | 905.919 | 881.591 |
| PI | 159.312 | 217.931 | 284.297 | 366.906 | 368.612 | 360.622 |
| PR | 136.262 | 308.754 | 447.186 | 452.172 | 410.885 | 367.247 |
| RJ | 49.937 | 196.330 | 302.733 | 441.667 | 494.051 | 498.378 |
| RN | 130.479 | 190.116 | 240.828 | 298.643 | 302.720 | 292.522 |
| RO | 19.833 | 54.942 | 68.343 | 94.953 | 97.270 | 92.914 |
| RR | 4.617 | 14.522 | 17.583 | 31.850 | 32.344 | 33.622 |
| RS | 158.574 | 290.663 | 398.138 | 436.169 | 410.540 | 367.631 |
| SC | 57.389 | 101.247 | 141.744 | 139.098 | 134.704 | 118.648 |
| SE | 64.009 | 113.147 | 154.332 | 189.304 | 187.470 | 179.875 |
| SP | 255.351 | 657.099 | 863.799 | 1.114.328 | 1.085.233 | 974.803 |
| TO | 33.929 | 55.305 | 76.421 | 106.537 | 106.921 | 103.582 |
| Brasil | 3.615.596 | 6.571.842 | 8.700.451 | 10.965.810 | 11.043.076 | 10.557.996 |

Elaborada pelo autor, com dados administrativos do MDS.

O aumento do número de beneficiários do Programa, teve variação percentual de 192% entre 2003 e 2008 e é um importante aspecto a ser considerado, apresentando-se extremamente significativo. Observa-se porém que o incremento do orçamento destinado para o pagamento das Bolsas é ainda mais significativo.

Tabela 2 - Montantes Gastos no Programa Bolsa-Família, segundo o MDS

| | R\$ mil | | | | | |
|---------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| UF | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| AC | 2.569 | 19.531 | 26.342 | 38.578 | 47.427 | 60.564 |
| AL | 20.602 | 137.724 | 187.942 | 237.779 | 289.229 | 351.697 |
| AM | 8.909 | 67.546 | 103.636 | 153.300 | 192.925 | 242.909 |
| AP | 1.268 | 8.047 | 9.145 | 14.876 | 29.595 | 43.733 |
| BA | 83.878 | 532.684 | 751.361 | 1.006.377 | 1.204.403 | 1.423.078 |
| CE | 63.496 | 399.473 | 519.471 | 650.956 | 749.618 | 891.828 |
| DF | 191 | 14.317 | 24.250 | 46.468 | 59.543 | 65.317 |
| ES | 6.672 | 53.086 | 98.318 | 121.944 | 140.832 | 161.518 |
| GO | 9.878 | 58.239 | 106.621 | 149.107 | 186.428 | 222.049 |
| MA | 43.687 | 272.001 | 373.620 | 540.256 | 664.518 | 802.131 |
| MG | 57.692 | 383.931 | 618.983 | 752.172 | 828.553 | 937.275 |
| MS | 4.513 | 24.333 | 40.150 | 69.111 | 83.533 | 97.638 |
| MT | 5.380 | 34.214 | 68.696 | 87.247 | 99.881 | 114.421 |
| PA | 24.551 | 162.276 | 244.862 | 370.231 | 482.919 | 591.852 |
| PB | 30.429 | 180.296 | 240.157 | 300.484 | 354.792 | 420.649 |
| PE | 44.826 | 304.053 | 442.467 | 599.409 | 744.509 | 904.677 |
| PI | 23.687 | 156.971 | 201.621 | 266.100 | 320.211 | 378.092 |
| PR | 19.592 | 137.030 | 241.776 | 289.350 | 308.816 | 332.727 |
| RJ | 8.597 | 81.975 | 180.509 | 270.666 | 360.984 | 469.944 |
| RN | 20.665 | 121.691 | 162.988 | 207.028 | 243.607 | 288.424 |
| RO | 3.524 | 25.040 | 45.378 | 64.203 | 80.523 | 95.338 |
| RR | 805 | 8.358 | 12.850 | 21.979 | 28.809 | 37.136 |
| RS | 21.788 | 147.175 | 234.037 | 290.875 | 320.168 | 357.820 |
| SC | 8.332 | 53.334 | 80.970 | 92.786 | 100.079 | 109.394 |
| SE | 9.728 | 68.582 | 103.978 | 139.480 | 164.181 | 192.079 |
| SP | 39.528 | 305.757 | 522.328 | 673.245 | 793.164 | 910.879 |
| TO | 5.361 | 34.124 | 49.217 | 70.656 | 86.255 | 103.330 |
| Brasil | 570.145 | 3.791.787 | 5.691.670 | 7.524.663 | 8.965.500 | 10.606.500 |

Elaborada pelo autor, com dados administrativos do MDS.

Em termos relativos, a variação percentual do orçamento do Programa Bolsa-Família foi de 1.760% em 2008, em relação à 2003. Comparando-se 2008 ao ano de 2004, onde o programa estava consideravelmente mais consolidado que em 2003, a variação percentual foi de 179,72%.

Os dados da Tabela 2 demonstram claramente a priorização do programa na distribuição orçamentária do Governo Federal.

4. Índices, Dados e a Evolução da Distribuição de Renda

4.1. Índices de distribuição de renda

A Economia possui uma série de metodologias maduras e testadas de mensuração de distribuição de renda. O Índice de Gini é vastamente utilizado e, inclusive, conhecido por não estudiosos da ciência econômica, haja vista ser insistentemente comentado na imprensa brasileira e internacional.

Utilizou-se o Índice de Gini para a mensuração da distribuição de renda, porém além deste, pode-se arrolar índices como de Atkinson, de Theil, de Hoover e outros, que mesmo tendo diferentes sensibilidades às alterações nos extremos e no centro da distribuição de renda, possuem o mesmo objetivo que o índice utilizado.

4.2. Índice de Gini

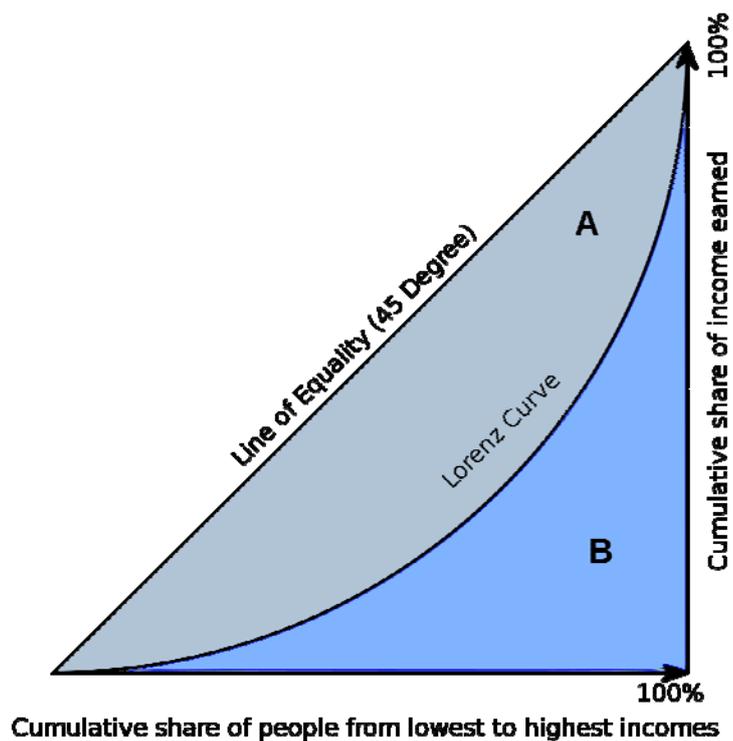
Elaborado por Corrado Gini em 1912, o Índice de Gini mensura a desigualdade de uma distribuição. O índice é amplamente utilizado para mensurar a distribuição de renda, apesar de ter aplicação em análises de outros tipos de distribuições, inclusive em outros campos de estudo que não o Econômico.

O cálculo do Índice de Gini advém da Curva de Lorenz, que por sua vez é traçada com a projeção no plano cartesiano que considera no eixo horizontal o percentual cumulativo da população, ordenado da menor para a maior renda, enquanto no eixo vertical é apresentado o percentual cumulativo da renda total. Caso a curva de Lorenz forme 45° com ambos os eixos, pode-se afirmar que a renda é igualmente distribuída entre a população, porém sabe-se que esta situação é teórica. Assim sendo, empiricamente, a curva de Lorenz sempre estará apresentada abaixo da linha de 45° .

A área formada entre a reta de equidade plena da renda e a curva de Lorenz (representada pela área “A” do Gráfico 3) dividida pela área do triângulo retângulo formado pelos eixos x, y e a reta da equidade plena (representada pelas áreas “A” e “B” do Gráfico 3), resulta no Índice de Gini.

Resumindo, conforme gráfico abaixo, o Índice de Gini advém da seguinte formulação: $G = A/(A+B)$.

Gráfico 3 - Gráfico da Curva de Lorenz



Fonte: Wikipedia.

Em outras palavras, considerando que a curva de Lorenz é formada pela função $Y = L(X)$, pode-se calcular o Índice de Gini através da integral da referida função e ainda trivial cálculo aritmético, perfazendo: $G = 1 - 2 \int_0^1 L(X)dX$.

O Índice de Gini varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo 0 (zero) a equidade plena da distribuição de renda e 1 (um) a concentração plena da renda, ratificando-se que estes cenários são somente teóricos e não são observáveis empiricamente, fazendo com que a leitura comumente utilizada é que quanto mais próximo de 0 (zero), mais equânime é a distribuição de renda e quanto mais próximo de 1 (um), mais concentrada é a renda.

Para permitir a análise proposta pelo presente, o Índice de Gini sofrerá uma decomposição matemática menos intuitiva que a definição apresentada nesta seção, porém sem perder relação com o conceito aqui exposto.

4.3. Fontes de Dados

Baseando-se nos microdados das PNAD's de 2004 a 2008, com ênfase na PNAD de 2006 e seu suplemento, bem como no software Stata, são criadas variáveis de rendimento domiciliar per capita para o cálculo do índice geral de Gini para os indivíduos da amostra através da utilização das variáveis de rendimento encontradas na base de dados. A variável (v2403) do suplemento da PNAD em 2006 fornece as informações para qualificar os indivíduos de um mesmo domicílio como pertencentes a um domicílio que possui, ao menos, um beneficiário do Bolsa-Família.

Cabe justificar que tomou-se a variável “rendimentos domiciliares per capita”, visando dirimir erros de análise, uma vez que, não raramente, observa-se a renda de um único indivíduo do domicílio alterar consideravelmente a renda domiciliar, fazendo

inclusive com que a baixa renda de algum indivíduo, passe a ser diluída perante a alta renda do outro indivíduo que pertence a mesma residência. Há também uma série de ganhos de escala dentro do domicílio, que passam a ser considerados quando toma-se como referência a renda domiciliar per capita. Os trabalhos arrolados na Revisão Bibliográfica do presente trabalho, também utilizaram esta variável, quando aplicável.

Assim sendo, será calculada a participação dos diversos tipos de renda na composição da renda total e, conseqüentemente, o efeito que uma renda de determinada natureza, como oriunda do Bolsa-Família, tem sobre o índice mensurador de desigualdade de renda criado por Corrado Gini.

Tem-se aqui uma importante limitação para a proposta do presente, que é a não desagregação dos Programas de Transferência de Renda, em especial o Bolsa-Família, em uma “conta” específica. Este problema será contornado através da utilização de hipóteses simplificatórias para manipular os dados, e da utilização da informação anteriormente mencionada que é a variável “Recebeu recursos do Bolsa-Família” (v2403) do suplemento da PNAD 2006 que responde a pergunta se, no domicílio em questão, houve algum indivíduo que recebeu recursos oriundos do Programa Bolsa-Família.

Os valores monetários advindos do Programa Bolsa-Família recebidos por um domicílio apresentam-se agregados com outros montantes, oriundos de juros, dividendos e outras fontes que não são detalhadas nas demais contas da PNAD. A hipótese simplificatória que será utilizada para se chegar ao valor dos recebimentos oriundos do programa será que os domicílios que contenham algum membro que respondeu que é beneficiário do Bolsa-Família (que responde “sim” à variável v2403 do questionário de domicílios do suplemento da PNAD) somente contabilizam na variável

JUR (v1273) valores oriundos do Programa Bolsa-Família. Em outras palavras, caso o indivíduo esteja num domicílio que possui beneficiário do Bolsa-Família e possui valor positivo na conta de “juros, dividendos e outras fontes”, este valor será considerado como oriundo do Programa, criando-se a variável BOF, originalmente inexistente.

Através desta sistemática, contorna-se o problema da não discriminação dos valores oriundos do Bolsa-Família na PNAD, porém, esta metodologia apresenta fragilidades e, obviamente, os valores recebidos pelos beneficiários a título de Bolsa-Família não são passíveis de serem apurados com 100% de acurácia, dada a limitação da base estatística. A formação da variável ainda leva em consideração que a percepção de benefícios sociais está restrita à base da pirâmide social e que esta parcela da população dificilmente irá receber rendas oriundas da remuneração de capital acumulado, como é o caso de juros ou dividendos.

No decorrer do trabalho será apresentado comparativo entre os resultados obtidos da hipótese simplificatória anteriormente explicitada, resultando na criação da variável BOF, e os valores oriundos dos controles administrativos do MDS, demonstrando que os critérios utilizados são razoáveis e fidedignos.

4.4. Renda Brasileira - PNAD 2006

Tendo como base de dados a PNAD de 2006, é possível obter uma breve descrição tanto da característica da população brasileira a partir de sua renda domiciliar per capita de uma forma geral, quanto o número de pessoas que estão em domicílios que possuem ao menos um beneficiário do Programa Bolsa-Família e a caracterização geral destes indivíduos.

Através de uma visão geral das características da renda domiciliar per capita no Brasil, é possível dar início a uma análise mais específica dos coeficientes de desigualdade e como eles se comportam nas diferentes Unidades da Federação e, a partir de então, analisar os impactos do Bolsa-Família na redução da desigualdade, e se há diferenças de acordo com a incidência geográfica do programa.

Tabela 3 - Características da população brasileira segundo a PNAD 2006 sob a ótica da renda domiciliar per capita por Unidade da Federação

| | Indivíduos | Soma (R\$ mil) | Média | Desvio Padrão | Mediana | Mínimo | Máximo |
|---------------|--------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|------------------|-----------------|-----------------------|
| DF | 2.429.744 | 2.303.351,3 | R\$ 948 | R\$ 1.484 | R\$ 437,50 | R\$ 0 | R\$ 26.650 |
| SP | 40.052.718 | 26.412.698,5 | R\$ 659 | R\$ 965 | R\$ 390,00 | R\$ 0 | R\$ 25.186 |
| RJ | 15.436.575 | 10.023.203,9 | R\$ 649 | R\$ 1.161 | R\$ 350,00 | R\$ 0 | R\$ 54.000 |
| SC | 5.945.769 | 3.833.099,8 | R\$ 645 | R\$ 802 | R\$ 425,00 | R\$ 0 | R\$ 25.000 |
| RS | 10.739.299 | 6.324.441,7 | R\$ 589 | R\$ 852 | R\$ 362,50 | R\$ 0 | R\$ 32.300 |
| PR | 10.402.052 | 5.813.364,9 | R\$ 559 | R\$ 955 | R\$ 346,57 | R\$ 0 | R\$ 34.339 |
| MS | 2.313.844 | 1.146.436,1 | R\$ 495 | R\$ 822 | R\$ 300,00 | R\$ 0 | R\$ 26.200 |
| ES | 3.378.960 | 1.627.357,0 | R\$ 482 | R\$ 787 | R\$ 282,00 | R\$ 0 | R\$ 20.640 |
| MG | 19.510.044 | 9.144.585,3 | R\$ 469 | R\$ 714 | R\$ 277,50 | R\$ 0 | R\$ 35.000 |
| GO | 5.696.687 | 2.597.102,4 | R\$ 456 | R\$ 698 | R\$ 283,33 | R\$ 0 | R\$ 18.333 |
| MT | 2.907.858 | 1.322.894,5 | R\$ 455 | R\$ 1.064 | R\$ 266,67 | R\$ 0 | R\$ 79.400 |
| RO | 1.492.990 | 621.626,8 | R\$ 416 | R\$ 706 | R\$ 233,33 | R\$ 0 | R\$ 13.425 |
| AC | 665.883 | 253.412,4 | R\$ 381 | R\$ 598 | R\$ 178,57 | R\$ 0 | R\$ 8.000 |
| RR | 401.260 | 148.922,6 | R\$ 371 | R\$ 672 | R\$ 189,00 | R\$ 0 | R\$ 8.000 |
| AP | 595.141 | 207.897,1 | R\$ 349 | R\$ 448 | R\$ 221,43 | R\$ 0 | R\$ 7.675 |
| TO | 1.275.131 | 422.432,8 | R\$ 331 | R\$ 474 | R\$ 195,20 | R\$ 0 | R\$ 5.300 |
| RN | 3.079.221 | 1.013.297,7 | R\$ 329 | R\$ 588 | R\$ 182,67 | R\$ 0 | R\$ 14.783 |
| AM | 3.278.079 | 1.063.909,4 | R\$ 325 | R\$ 470 | R\$ 199,38 | R\$ 0 | R\$ 14.000 |
| SE | 1.981.390 | 642.902,2 | R\$ 324 | R\$ 568 | R\$ 175,00 | R\$ 0 | R\$ 15.000 |
| PB | 3.726.705 | 1.161.277,1 | R\$ 312 | R\$ 570 | R\$ 175,00 | R\$ 0 | R\$ 13.500 |
| PE | 8.585.700 | 2.593.996,3 | R\$ 302 | R\$ 644 | R\$ 160,00 | R\$ 0 | R\$ 24.400 |
| PA | 7.129.388 | 2.102.825,1 | R\$ 295 | R\$ 472 | R\$ 182,86 | R\$ 0 | R\$ 19.600 |
| BA | 14.270.316 | 4.202.462,6 | R\$ 294 | R\$ 540 | R\$ 165,00 | R\$ 0 | R\$ 15.750 |
| PI | 3.101.743 | 878.221,8 | R\$ 283 | R\$ 684 | R\$ 143,00 | R\$ 0 | R\$ 18.850 |
| AL | 3.104.787 | 858.075,1 | R\$ 276 | R\$ 1.361 | R\$ 126,67 | R\$ 0 | R\$ 100.000 |
| CE | 8.266.686 | 2.227.450,0 | R\$ 269 | R\$ 429 | R\$ 153,75 | R\$ 0 | R\$ 9.050 |
| MA | 6.252.880 | 1.589.770,3 | R\$ 254 | R\$ 643 | R\$ 129,44 | R\$ 0 | R\$ 19.000 |
| Brasil | 186.020.850 | 90.537.014,4 | R\$ 486,70 | R\$ 851,92 | R\$266,67 | R\$ 0,00 | R\$ 100.000,00 |

Elaborada pelo autor, a partir da PNAD, com auxílio do Software STATA.

A tabela 3 auxilia a contextualizar a variável renda domiciliar per capita, no agregado nacional. Através dos resultados, é possível perceber as diferenças entre as Unidades da Federação sobre a desigualdade na distribuição de renda. Algumas UF's, embora apresentem uma renda domiciliar per capita média alta, apresentam também um

grande desvio padrão, mostrando que há uma variabilidade muito grande entre as rendas dos indivíduos. São exemplos disto as três UF's que possuem maior renda domiciliar per capita média, que são Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. Em casos específicos é possível perceber a grande disparidade dos níveis de renda domiciliar per capita, como no caso do estado de Alagoas, onde a renda domiciliar per capita média é baixíssima e o desvio padrão é relativamente alto, indicando que possivelmente, há grande concentração de renda nessa Unidade Federativa e que os estratos mais pobres daquele estado são ainda mais desfavorecidos, quando comparados com outras UF's.

4.5. Renda beneficiários do Bolsa-Família - PNAD 2006

Conforme critérios de desagregação da renda recebida pelos domicílios a título de Bolsa-Família, explicitado na seção “Fontes de Dados” do presente trabalho, é relevante observar-se o comportamento da população beneficiária do Programa, bem como a renda recebida pelas mesmas, nas diferentes Unidades Federativas, segundo a PNAD de 2006.

Tabela 4 - Características da População Brasileira beneficiária do Bolsa-Família segundo a PNAD 2006 e sob a ótica da renda domiciliar per capita por Unidade da Federação

| | Indivíduos | Soma (R\$ mil) | Média | Desvio Padrão | Mediana | Mínimo | Máximo |
|---------------|-------------------|--------------------|----------------|----------------|------------------|-----------------|---------------------|
| DF | 172.548 | 32.808,8 | R\$ 190 | R\$ 141 | R\$ 157,50 | R\$ 15,00 | R\$ 800,00 |
| MS | 283.667 | 53.312,7 | R\$ 188 | R\$ 144 | R\$ 150,00 | R\$ 11,43 | R\$ 1.141,25 |
| SC | 379.168 | 69.314,3 | R\$ 183 | R\$ 99 | R\$ 166,40 | R\$ 12,00 | R\$ 525,00 |
| MT | 440.723 | 78.798,5 | R\$ 179 | R\$ 115 | R\$ 157,50 | R\$ 6,25 | R\$ 736,67 |
| SP | 3.364.031 | 597.351,6 | R\$ 178 | R\$ 108 | R\$ 159,00 | R\$ 5,00 | R\$ 925,00 |
| GO | 797.905 | 142.253,0 | R\$ 178 | R\$ 111 | R\$ 157,50 | R\$ 9,00 | R\$ 1.390,00 |
| RJ | 992.589 | 170.946,5 | R\$ 172 | R\$ 149 | R\$ 149,17 | R\$ 8,00 | R\$ 5.145,00 |
| PR | 1.351.313 | 222.552,1 | R\$ 165 | R\$ 113 | R\$ 135,63 | R\$ 7,50 | R\$ 893,33 |
| RS | 1.381.912 | 223.650,7 | R\$ 162 | R\$ 103 | R\$ 147,50 | R\$ 5,00 | R\$ 868,33 |
| ES | 661.876 | 104.885,5 | R\$ 158 | R\$ 107 | R\$ 136,67 | R\$ 7,50 | R\$ 806,67 |
| RO | 292.765 | 46.084,8 | R\$ 157 | R\$ 100 | R\$ 139,50 | R\$ 5,00 | R\$ 562,73 |
| MG | 4.362.195 | 679.734,6 | R\$ 156 | R\$ 97 | R\$ 136,00 | R\$ 7,30 | R\$ 1.223,60 |
| AP | 44.687 | 6.742,4 | R\$ 151 | R\$ 83 | R\$ 132,78 | R\$ 49,00 | R\$ 574,33 |
| TO | 366.486 | 54.016,3 | R\$ 147 | R\$ 111 | R\$ 126,67 | R\$ 5,00 | R\$ 1.475,00 |
| RR | 131.406 | 19.141,1 | R\$ 146 | R\$ 127 | R\$ 110,00 | R\$ 19,00 | R\$ 1.350,00 |
| PA | 1.960.214 | 286.755,0 | R\$ 146 | R\$ 95 | R\$ 121,67 | R\$ 5,00 | R\$ 1.020,00 |
| AC | 204.781 | 28.078,3 | R\$ 137 | R\$ 103 | R\$ 110,00 | R\$ 8,64 | R\$ 640,00 |
| RN | 1.101.346 | 147.550,7 | R\$ 134 | R\$ 108 | R\$ 108,00 | R\$ 11,88 | R\$ 1.476,67 |
| AM | 824.723 | 109.602,8 | R\$ 133 | R\$ 81 | R\$ 120,00 | R\$ 10,00 | R\$ 688,33 |
| PB | 1.664.055 | 212.182,1 | R\$ 128 | R\$ 92 | R\$ 109,00 | R\$ 3,75 | R\$ 838,33 |
| BA | 5.405.968 | 667.843,6 | R\$ 124 | R\$ 98 | R\$ 103,75 | R\$ 3,33 | R\$ 1.850,00 |
| CE | 3.655.051 | 434.110,6 | R\$ 119 | R\$ 90 | R\$ 99,00 | R\$ 3,75 | R\$ 1.262,50 |
| MA | 2.890.406 | 338.935,7 | R\$ 117 | R\$ 100 | R\$ 90,83 | R\$ 1,00 | R\$ 1.101,25 |
| PE | 3.095.041 | 356.641,4 | R\$ 115 | R\$ 85 | R\$ 96,25 | R\$ 3,75 | R\$ 980,00 |
| SE | 568.163 | 64.995,1 | R\$ 114 | R\$ 68 | R\$ 100,50 | R\$ 10,56 | R\$ 469,00 |
| PI | 1.382.651 | 151.946,0 | R\$ 110 | R\$ 80 | R\$ 89,50 | R\$ 12,50 | R\$ 493,88 |
| AL | 1.331.638 | 140.275,4 | R\$ 105 | R\$ 94 | R\$ 89,00 | R\$ 6,00 | R\$ 1.516,25 |
| Brasil | 39.107.308 | 5.440.509,5 | R\$ 139 | R\$ 102 | R\$116,67 | R\$ 1,00 | R\$ 5.145,00 |

Elaborada pelo autor, a partir da PNAD, com auxílio do Software STATA.

Outros resultados também podem ser inferidos ao analisar a Tabela 4, como por exemplo, a renda domiciliar per capita média dos domicílios que declaram ter pelo menos um beneficiário do Bolsa-Família ser extremamente baixa revelando a pobreza da população beneficiária.

Desta observação, advém uma importante ponderação do presente trabalho, que é o fato do Programa Bolsa-Família estar focado nos pobres e miseráveis da sociedade brasileira, fazendo com que a sua característica observada empiricamente dialogue com o seu objetivo teórico.

Pondera-se ainda que, conforme metodologia utilizada para a construção da variável da PNAD “v2403 – Recebeu recursos do Bolsa-Família”, esta permite que, mesmo o programa focando os estratos mais pobres da sociedade, alguns domicílios que residem beneficiários do programa apresentem valores máximos de renda domiciliar per capita bastante significativos, como é o caso do Rio de Janeiro, porém estes casos obviamente não são a maioria, interferem residualmente na média e no desvio padrão, e ainda guardam possível explicação em residências que tenham internamente discrepâncias extremamente significativas de renda, como ter-se um empregado doméstico, beneficiário do Bolsa-Família, morando na residência cujos proprietários percebem rendas altas.

4.6. Evolução do Índice de Gini Brasileiro

Apresentada uma visão geral do comportamento da renda nos domicílios brasileiros e nos domicílios brasileiros que possuem beneficiários do Programa Bolsa-Família, passa-se a analisar o comportamento do Índice de Gini, nas diversas Unidades Federativas.

A tabela que segue foi elaborada com base nos dados oriundos das PNAD's dos anos de 2004 à 2008. É cabível ressaltar que a evolução da concentração de renda apresentada vai ao encontro dos estudos que tratam do assunto em voga, ou seja, retrata uma melhoria na distribuição da renda brasileira.

Tabela 5 - Índice de Gini anual (Brasil e por UFs), com microdados PNADs de 2004 a 2008

| Ano | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | Variação % 2004/2008 |
|---------------|-------|-------|--------------|-------|-------|-------------------------|
| SC | 0,461 | 0,465 | 0,464 | 0,462 | 0,464 | 0,65% |
| AP | 0,554 | 0,528 | 0,484 | 0,519 | 0,461 | -16,79% |
| GO | 0,532 | 0,552 | 0,506 | 0,522 | 0,509 | -4,32% |
| AM | 0,538 | 0,512 | 0,516 | 0,550 | 0,518 | -3,72% |
| TO | 0,553 | 0,536 | 0,520 | 0,543 | 0,543 | -1,81% |
| PR | 0,550 | 0,538 | 0,522 | 0,525 | 0,507 | -7,82% |
| PA | 0,539 | 0,528 | 0,526 | 0,542 | 0,519 | -3,71% |
| MT | 0,525 | 0,521 | 0,528 | 0,516 | 0,545 | 3,81% |
| SP | 0,530 | 0,534 | 0,528 | 0,509 | 0,506 | -4,53% |
| MS | 0,529 | 0,528 | 0,529 | 0,562 | 0,528 | -0,19% |
| RS | 0,535 | 0,540 | 0,529 | 0,514 | 0,520 | -2,80% |
| MG | 0,544 | 0,532 | 0,532 | 0,522 | 0,519 | -4,60% |
| ES | 0,547 | 0,555 | 0,535 | 0,524 | 0,518 | -5,30% |
| RO | 0,518 | 0,568 | 0,543 | 0,511 | 0,505 | -2,51% |
| RN | 0,568 | 0,594 | 0,555 | 0,565 | 0,549 | -3,35% |
| CE | 0,589 | 0,582 | 0,556 | 0,554 | 0,554 | -5,94% |
| RJ | 0,557 | 0,560 | 0,558 | 0,561 | 0,549 | -1,44% |
| SE | 0,560 | 0,551 | 0,558 | 0,540 | 0,536 | -4,29% |
| PB | 0,590 | 0,575 | 0,560 | 0,594 | 0,585 | -0,85% |
| BA | 0,575 | 0,573 | 0,573 | 0,576 | 0,575 | 0,00% |
| RR | 0,573 | 0,554 | 0,573 | 0,513 | 0,522 | -8,90% |
| AC | 0,597 | 0,585 | 0,594 | 0,617 | 0,574 | -3,85% |
| MA | 0,607 | 0,518 | 0,594 | 0,554 | 0,522 | -14,00% |
| PI | 0,586 | 0,586 | 0,596 | 0,592 | 0,576 | -1,71% |
| PE | 0,620 | 0,608 | 0,598 | 0,571 | 0,583 | -5,97% |
| DF | 0,620 | 0,603 | 0,606 | 0,612 | 0,623 | 0,48% |
| AL | 0,573 | 0,571 | 0,623 | 0,606 | 0,582 | 1,57% |
| Brasil | 0,579 | 0,576 | 0,568 | 0,565 | 0,559 | -3,45% |

Elaborada pelo autor, a partir da PNAD, com auxílio do Software STATA.

Observa-se preliminarmente que há uma queda gradual e contínua da desigualdade na distribuição de renda do País e em todas as Unidades da Federação, respeitadas algumas oscilações no sentido de aumento do Índice de Gini, que não traduzem uma tendência do agregado nacional.

A queda na concentração de renda nacional é observada por todos os estudos arrolados na bibliografia do presente e há convergência de entendimentos quanto a este fato. Conforme já comentado superficialmente, as divergências residem nas razões que explicam a esta melhora distributiva e o presente estudo dispõe-se a ser mais um facilitador em busca de um denominador comum acerca deste tema.

Observa-se ainda que a Unidade Federativa com renda mais concentrada no país, conforme dados de 2006, é o estado de Alagoas e a Unidade Federativa com renda mais bem distribuída, é o estado de Santa Catarina.

5. Efeito do Bolsa-Família na Distribuição de Renda

5.1. Metodologia de Cálculo

5.1.1. Tratamento dos dados

Conforme comentado anteriormente, a PNAD desagrega as rendas através dos seguintes grupos:

TTR – remuneração do trabalho.

AP1 – aposentadorias e pensões pagas pelo Governo.

AP2 – outras aposentadorias e pensões.

DOA – doações de pessoas de outros domicílios.

ALU – rendimentos de aluguéis.

JUR – juros, dividendos, transferências de programas sociais e outros rendimentos.

Assim, fica clara a necessidade de extrair o montante dedicado ao pagamento dos benefícios do Programa Bolsa-Família, do agrupamento “JUR”, conforme comentado na seção “Fontes de Dados”.

A variável JUR será desagregada, tomando-se como base o fato do domicílio ter recebido benefícios do Bolsa-Família, identificando-se este domicílio através da

variável *Dummy* da PNAD “v2403 – Recebeu recursos do Bolsa-Família”, conforme explicitado na seção 4.3 do presente trabalho.

Assim, para a efetivação da proposta do presente trabalho, criou-se a variável BOF, onde:

BOF – proxy do valor pago pelo Bolsa-Família aos beneficiários do programa.

5.1.2. Consistência da variável BOF

Elemento central e primordial do presente, a criação da proxy BOF necessita da maior precisão possível, visando contornar a limitação observada na PNAD, porém mantendo a coerência dos dados e consequentemente a validade das análises propostas.

Assim sendo, segue o comparativo entre os dados resultantes da metodologia adotada para a mensuração do montante destinado ao Programa Bolsa-Família com os valores constantes nos controles administrativos do MDS. Em outras palavras, comparando os montantes considerados nas Tabelas 1, 2 e proxy BOF.

Tabela 6 - Valores gastos no Bolsa-Família: MDS X PNAD 2006

| UF | PNAD (Proxy BOF) | | MDS | | Diferença Relativa | |
|---------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | Indivíduos | Soma (R\$ mil) | Indivíduos | Soma (R\$ mil) | Indivíduos | Soma (R\$ mil) |
| AP | 8.028 | 7.613 | 26.244 | 14.876 | -69% | -49% |
| SE | 121.513 | 105.535 | 189.304 | 139.480 | -36% | -24% |
| RJ | 219.005 | 211.052 | 441.667 | 270.666 | -50% | -22% |
| PR | 300.916 | 239.452 | 452.172 | 289.350 | -33% | -17% |
| MT | 94.159 | 74.050 | 136.495 | 87.247 | -31% | -15% |
| RO | 61.658 | 54.858 | 94.953 | 64.203 | -35% | -15% |
| SC | 80.097 | 81.078 | 139.098 | 92.786 | -42% | -13% |
| ES | 140.508 | 111.592 | 191.421 | 121.944 | -27% | -8% |
| SP | 706.439 | 619.235 | 1.114.328 | 673.245 | -37% | -8% |
| MS | 63.241 | 70.571 | 114.876 | 69.111 | -45% | 2% |
| PA | 376.010 | 393.920 | 506.444 | 370.231 | -26% | 6% |
| PB | 355.605 | 319.452 | 406.904 | 300.484 | -13% | 6% |
| RN | 238.099 | 221.247 | 298.643 | 207.028 | -20% | 7% |
| MA | 568.875 | 584.030 | 706.878 | 540.256 | -20% | 8% |
| AC | 37.142 | 41.924 | 53.404 | 38.578 | -30% | 9% |
| BA | 1.114.186 | 1.103.640 | 1.391.245 | 1.006.377 | -20% | 10% |
| MG | 921.115 | 827.992 | 1.128.261 | 752.172 | -18% | 10% |
| RS | 299.006 | 328.810 | 436.169 | 290.875 | -31% | 13% |
| AL | 265.625 | 271.984 | 339.921 | 237.779 | -22% | 14% |
| CE | 776.677 | 756.149 | 882.220 | 650.956 | -12% | 16% |
| PI | 288.097 | 310.572 | 366.906 | 266.100 | -21% | 17% |
| TO | 74.945 | 82.934 | 106.537 | 70.656 | -30% | 17% |
| AM | 141.141 | 186.753 | 204.075 | 153.300 | -31% | 22% |
| PE | 645.464 | 762.071 | 860.546 | 599.409 | -25% | 27% |
| DF | 36.567 | 62.284 | 85.725 | 46.468 | -57% | 34% |
| GO | 184.878 | 203.455 | 259.524 | 149.107 | -29% | 36% |
| RR | 22.983 | 44.197 | 31.850 | 21.979 | -28% | 101% |
| Brasil | 8.141.979 | 8.076.446 | 10.965.810 | 7.524.663 | -26% | 7% |

Elaborada pelo autor.

Para efeitos da análise da concentração de renda através do Índice de Gini, observa-se que os montantes financeiros extraídos da PNAD e os observados nos controles administrativos do MDS são próximos. Para os valores considerados no agregado nacional, tem-se um valor superestimado da PNAD em relação ao MDS, na ordem de 7%. Teoricamente, esta diferença nos indica que as projeções apresentadas pelo presente encontram-se superestimadas, ou seja, caso houvesse na PNAD, o valor exato que os domicílios receberam a título de Bolsa-Família e não houvesse a necessidade de alçar mão da premissa apresentada na seção “Fonte de Dados”, o impacto marginal do Programa Bolsa-Família seria menor que o apresentado.

Além disto, pondere-se que nos montantes desagregados pelas diferentes Unidades Federativas, os montantes apresentam divergências quando comparados os valores oriundos da PNAD e do MDS, porém em 19 UF's os valores possuem diferenças menores que 20%. Este grupo de UF's contabiliza, segundo estimativa com base na PNAD, benefícios na ordem de R\$ 6.493.488 mil (80,4% do total do montante destinado ao pagamento dos benefícios).

Ainda tratando das divergências entre os dados do MDS e da PNAD 2006, pondera-se que quanto aos dados financeiros, os registros do MDS são computados mensalmente, enquanto os dados da PNAD são o resultado de levantamento executado em um mês específico, sendo que este montante é multiplicado por 12 (doze) para estimar-se o montante anual. Já em relação aos quantitativos de indivíduos, para apuração dos dados da PNAD considerou-se 1 (um) indivíduo beneficiário por domicílio que respondeu “sim” a variável “v2403 - Recebeu recursos do Bolsa-Família”, porém obviamente este domicílio pode ter mais de um beneficiário do programa social em tela, enquanto os registros do MDS apresentam o número efetivo de beneficiários.

5.1.3. Decomposição do Índice de Gini

Nesta seção será discutida a metodologia para a decomposição da renda total domiciliar per capita, nos diversos componentes da renda total e o impacto que supostas variações nestas rendas causariam no Índice de Gini, com ênfase maior para o impacto de variações na renda oriunda do Programa Bolsa-Família. No entanto, antes de prosseguir para os resultados numéricos faz-se necessária uma apresentação sobre a funcionalidade da técnica utilizada.

Para alcançar os resultados, é utilizado um código de programação denominado “descogini”, criado por López-Feldman (2006). Este procedimento permite a estimação de efeitos marginais que cada fonte de renda exerce na desigualdade ao utilizar a metodologia proposta por Lerman e Yitzhaki (1985). Além disso, o comando permite realizar *bootstrap* no intuito de obter erros padrões e intervalos de confiança para as estimativas dos efeitos marginais, o que se revela uma contribuição importantíssima para garantir a robustez dos resultados.

No que concerne o procedimento, e baseados nos resultados de Shorrocks (1982), Lerman e Yitzhaki (1985) é possível mostrar que o coeficiente de Gini para a desigualdade da renda total, G , pode ser representado por:

$$G = \sum_{k=1}^K S_k G_k R_k,$$

onde S_k representa a participação da fonte k na renda total, G_k é a componente do Gini correspondendo à distribuição da renda da fonte k , e R_k é a correlação do Gini da renda da fonte k com a distribuição da renda total ($R_k = \text{Cov} \{ y_k, F(y) \} / \text{Cov} \{ y_k, F(y_k) \}$), onde $F(y)$ e $F(y_k)$ são a distribuição acumulada da renda total e da renda da fonte k .

Como percebido por Stark, Taylor e Yitzhaki (1986), a relação entre estes três termos tem uma clara e intuitiva interpretação; a influência de qualquer componente da renda sobre a desigualdade depende de:

- A participação da renda k na renda total (S_k);

- O nível de igualdade ou desigualdade da distribuição da renda k (G_k); e
- Como a renda k e a distribuição da renda total estão correlacionadas (R_k).

Se uma fonte de renda representa uma grande parte da renda total, ela pode potencialmente ter um grande impacto na desigualdade. Entretanto, se uma renda é igualitariamente distribuída ($G_k = 0$), através de um aumento linear da renda k , ela não tem como influenciar a desigualdade, mesmo que sua magnitude seja grande. De outra forma, se uma determinada renda específica é grande e desigualmente distribuída (S_k e G_k são grandes), pode tanto agir de forma a aumentar ou diminuir a desigualdade da renda total, isso irá depender de quais são os indivíduos que ganham esta renda e em que ponto da distribuição desta eles se encontram. Se a renda k compõe a renda total e é desigualmente distribuída, mas é paga aos indivíduos que estão no topo da distribuição da renda total (R_k é positivo e grande), a contribuição desta renda para a desigualdade será positiva. No entanto, se é desigualmente distribuída, mas os alvos são indivíduos na base da distribuição da renda total, a renda k tende a ter um efeito equalizador na distribuição da renda total.

O esperado de antemão é que os efeitos do Bolsa-Família ajam no sentido de diminuir a concentração da renda total por se tratar de um programa seletivo, altamente concentrado, e que beneficia as camadas mais pobres da população (R_k é negativo e grande).

Dando continuidade à descrição da metodologia, Lerman e Yitzhaki (1985) mostram que ao usar este método particular de decomposição do Gini, pode-se estimar

o efeito de pequenas mudanças em uma fonte específica de renda sobre a desigualdade da renda total, mantendo a renda de todas as outras fontes constantes.

Considerando uma pequena mudança na renda da fonte k igual a $e y_k$, onde e é próximo a 1 e y_k representa a renda da fonte k . Como é mostrado por Stark, Taylor e Yitzhaki (1986), a derivada parcial do Coeficiente de Gini em relação a uma mudança percentual de intensidade e na fonte de renda k é igual a:

$$\frac{\partial G}{\partial e} = S_k (G R_k - G)$$

onde G é o coeficiente de Gini da desigualdade da renda total anterior à variação de uma determinada renda componente da renda total. A mudança percentual da desigualdade resultante de uma pequena mudança percentual da renda de uma fonte k é igual a contribuição original da fonte k na desigualdade da renda total menos a participação da fonte de renda k na renda total:

$$\frac{\partial G / \partial e}{G} = \frac{S_k G R_k}{G} - S_k$$

5.1.4. Estimação dos efeitos marginais

Conforme metodologia elucidada anteriormente, bem como a programação do software Stata “*descogini*”, os resultados ainda apresentam duas variáveis de suma importância para a análise proposta, que é a variável “*Share*” e a variável “*% Change*”.

A variável “*Share*” traduz a participação da renda “k” na desigualdade da distribuição de renda e a variável “% *Change*” apresenta o efeito marginal causado na distribuição de renda, caso a renda “k” fosse aumentada em 1%.

5.2. Resultados

5.2.1. Agregado Brasil

Segue tabela com os resultados obtidos pelo processo de decomposição do Índice de Gini levando em consideração as diversas rendas componentes da renda total domiciliar per capita, segundo as fontes de renda explicitadas nos capítulos anteriores, extraídas da PNAD.

Tabela 7 - Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total

| Recurso (k) | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|---|---------------------------------|----------------|-----------------------------------|-------------------------------|--|
| | Razão de “k” e Tot. Renda | Gini de “k” | Correl. de “k” e Tot. Renda | Contrib. de “k” no Gini | Efeito no Gini de mais 1% de “k” |
| BOF – Bolsa-Família | 0,0079 | 0,8714 | -0,5396 | -0,0065 | -0,0144 |
| TRR – Rem. Trabalho | 0,7601 | 0,6266 | 0,9108 | 0,7633 | 0,0032 |
| AP1 – Apos. e Pensões do Gov. | 0,1769 | 0,8762 | 0,6829 | 0,1862 | 0,0093 |
| AP2 – Outras Apos. e Pensões | 0,0154 | 0,9825 | 0,5961 | 0,0159 | 0,0005 |
| DOA – Doações | 0,0077 | 0,9897 | 0,4452 | 0,0059 | -0,0017 |
| ALU – Rendimentos Aluguel | 0,0170 | 0,9855 | 0,8028 | 0,0237 | 0,0067 |
| JUR – Jur., Divid., transf. Soc. | 0,0150 | 0,9739 | 0,4451 | 0,0115 | -0,0036 |

Total Gini = 0,568

Elaborada pelo autor, a partir da PNAD, com auxílio do Software STATA.

Os resultados revelam o que já era esperado. O impacto marginal de uma variação na transferência do Bolsa-Família (conta BOF na Tabela 7), supondo as outras rendas mantidas constantes, é negativo, isto é, age de forma a diminuir a concentração de renda captada pelo Índice de Gini. Não somente os resultados mostram que o programa tem o efeito de auxiliar a diminuição da desigualdade, como também possui o maior valor absoluto, em módulo, em relação ao impacto de todas as outras rendas.

O que os resultados informam é que uma variação em 1% nas transferências do Bolsa-Família, reduzem o Índice de Gini da renda total domiciliar per capita em 0,0144%. Variações de outras fontes de renda, como a renda de doações e rendas de juros, dividendos e transferências de outros programas sociais também agem de forma a reduzir o índice que mede a desigualdade da renda domiciliar per capita, no entanto não possuem um impacto, em termos relativos, muito forte. Lembrando que a variável JUR permaneceu “contaminada” com valores de transferências sociais que não fossem o Bolsa-Família, mesmo após o tratamento para a criação da variável BOF.

5.2.2. Agregado por Unidade Federativa

O impacto não é constante entre as Unidades Federativas. Os resultados que seguem revelam que em estados muito pobres como Piauí e Maranhão o Programa de Transferência de Renda – Bolsa-Família - age ainda mais fortemente no sentido de atenuar a desigualdade de renda. Já em outros estados como Rio de Janeiro e Santa Catarina nem mesmo uma variação de 100% no valor do benefício seria capaz de acarretar 1% na redução da desigualdade. Não obstante esses resultados, em todas as UF's o efeito do aumento da renda de transferência do Bolsa-Família é sempre de atenuar a desigualdade de renda.

Na Tabela 8 foram transcritos somente os impactos marginais da conta BOF. Os impactos marginais das outras rendas foram suprimidos, mas podem ser encontrados nas tabelas constantes no Apêndice Único deste trabalho.

Tabela 8 - Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total por Unidade da Federação

| UF | BOF-GINI Variação% |
|-----------|---------------------------|
| PI | -0.0439 |
| MA | -0.0386 |
| PB | -0.0372 |
| AL | -0.0346 |
| RR | -0.0332 |
| CE | -0.0331 |
| RN | -0.0288 |
| PE | -0.0283 |
| TO | -0.0267 |
| BA | -0.0266 |
| AM | -0.0252 |
| SE | -0.0226 |
| AC | -0.0224 |
| PA | -0.0186 |
| MG | -0.0137 |
| RO | -0.0132 |
| GO | -0.0119 |
| ES | -0.0106 |
| MS | -0.0087 |
| MT | -0.0087 |
| RS | -0.0074 |
| PR | -0.0067 |
| AP | -0.0046 |
| DF | -0.0044 |
| SC | -0.0043 |
| SP | -0.0042 |
| RJ | -0.0037 |

Elaborada pelo autor, a partir da PNAD, com auxílio do Software STATA.

De posse dos dados acima, bem como as tabelas constantes no Apêndice Único, observe-se que o efeito marginal do incremento em 1% da renda destinada ao Bolsa-Família varia, entre as UF's, de - 0,0439%, que é a redução estimada para o estado do Piauí, até - 0,0037%, que é o resultado estimado para o estado do Rio de Janeiro. Nestes casos extremos, pode-se constatar que esta grande diferença deve-se ao peso desta renda na composição da renda da Unidade Federativa, pois tanto as variáveis Rk e Gk possuem estimativas relativamente próximas, porém a variável Sk no Piauí monta a 0,0295, enquanto para o Rio de Janeiro, monta a 0,0019, fazendo assim com que o impacto total seja extremamente diferenciado.

A análise do efeito marginal do Programa, de forma isolada, pode levar a algumas conclusões errôneas, como concluir-se que no Rio de Janeiro o programa não tem importante papel social. Na verdade, este papel está ponderado com o tamanho do programa perante a renda total daquele estado, que é desprezível, quando comparado com o cenário observado no estado do Piauí.

Tomando-se os demais agregados, observa-se que a renda que repercute de forma mais consistente para um aumento da concentração de renda é a “AP1 – aposentadorias e pensões pagas pelo governo”, montando 0,0093% de crescimento do Índice de Gini no agregado nacional, uma vez incrementada a renda “AP1” em 1%. Existem alguns estados em que um incremento desta renda em 1%, levaria a uma equidade maior na distribuição de renda, como é o caso de Tocantins com variação marginal estimada em - 0,0195%, apresentando-se quase tão eficiente quanto o próprio Bolsa-Família, porém na grande maioria dos casos observados, esta variação dialoga com a estimativa no agregado nacional, fazendo com que um incremento na renda “AP1” resultaria numa piora na distribuição da renda da UF. O melhor exemplo disto é o Distrito Federal que possui efeito marginal estimado de 0,0304% de piora na distribuição da renda, caso a renda paga pelo governo a título de pensões e aposentadorias seja aumentada em 1%. Caso semelhante é o do Amapá, onde a variação estimada é de 0,0292%.

Não pode-se deixar de ressaltar a importância da variável rendimentos do trabalho, na composição da renda brasileira, perfazendo no agregado nacional 76,01% do total da renda. Assim, qualquer política pública equalizadora de renda deve considerar esta natureza de rendimento, haja vista a pequena participação das outras

rendas em relação a renda total. Buscando melhoras distributivas, políticas que atuem sobre parcelas ínfimas da renda total poderão ser inócuas.

5.2.3. Robustez dos Resultados

Com intuito de garantir que os resultados encontrados nas duas seções anteriores sejam estatisticamente relevantes e diferentes de zero, e descartar a possibilidade da amostra estar numa região crítica, é realizada a técnica “*bootstrap*”, que cria sub-amostras, obtém os resultados para estas várias sub-amostras e com isso calcula a média da estatística relevante que está sendo estudada.

Os resultados encontrados com a técnica do “*bootstrap*” para análise do impacto marginal de variações da renda oriunda do programa de transferência do Bolsa-Família na desigualdade seguem na tabela abaixo:

Tabela 9 - Conferência de Robustez dos Resultados dos Impactos de Variações Marginais das Rendas Componentes da Renda Total

| | Repetições de reamostragem | Variação Marginal Estimada | Viés Estimado | Erro Padrão | Limite Inferior do Interv. Conf. 95% | Limite Superior do Interv. Conf. 95% |
|-----|----------------------------|----------------------------|---------------|-------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| BOF | 50 | - 0,0143867 | - 5,93 e - 06 | 0,0000827 | - 0,0145528 | - 0,0142205 |
| TTR | 50 | 0,0031916 | - 0,0001733 | 0,0007339 | 0,0017167 | 0,0046664 |
| API | 50 | 0,0093482 | 0,0001443 | 0,000675 | 0,0079918 | 0,0107046 |
| AP2 | 50 | 0,000469 | - 0,0000265 | 0,0002049 | 0,0000572 | 0,0008808 |
| DOA | 50 | - 0,001722 | 0,0000324 | 0,0001546 | - 0,0020328 | - 0,0014113 |
| ALU | 50 | 0,0066693 | 0,0000263 | 0,0002469 | 0,0061732 | 0,0071654 |
| JUR | 50 | - 0,0035694 | 2,53 e - 06 | 0,0002309 | - 0,0040333 | - 0,0031055 |

Elaborada pelo autor, a partir da PNAD, com auxílio do Software STATA.

Como pode ser visto na tabela acima, a técnica de *bootstrap* mostra que o impacto marginal da variação de 1% no valor das transferências do Bolsa-Família, na desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil é estatisticamente diferente de zero. As estatísticas da Tabela 9 indicam que, com uma probabilidade de

incorrer no erro tipo I de 5%, a variação marginal do impacto do Bolsa-Família é de 0,0144% no sentido de atenuar a desigualdade da distribuição de renda.

Portanto, o intervalo de confiança de 95%, para esta amostra da PNAD, do efeito marginal do incremento em 1% da proxy BOF, no Índice de Gini brasileiro é: [- 0,0145528; - 0,0142205].

6. Conclusão

No contexto de queda gradual da desigualdade na distribuição de renda do País, de pouco menos de um ponto percentual entre 2004 e 2008, em todas as Unidades Federativas do País, pode-se observar o papel desempenhado pelo Programa Bolsa-Família em relação à distribuição de renda. De forma resumida e objetiva, verifica-se que uma variação em 1% nas transferências do Bolsa-Família reduz o Índice de Gini da renda total domiciliar per capita em 0,0144%, no agregado nacional.

Este resultado não justifica integralmente a melhora na distribuição de renda brasileira observada nos últimos anos e demonstra que o impacto marginal do Programa Bolsa-Família, perante a desigualdade na distribuição de renda é consideravelmente limitado.

Pondera-se porém que, o impacto marginal de uma variação na transferência do Bolsa-Família, em todas as Unidades Federativas, é negativo. Isto é, age de forma a diminuir a concentração de renda captada no Índice de Gini. Além disto, o Programa demonstrou possuir o maior valor absoluto em módulo em relação ao impacto marginal de todas as outras rendas, quando estas são incrementadas linearmente, não concentrando-se em um determinado grupo de domicílios ou faixas de renda específicas.

Lembrando que o impacto do Programa Bolsa-Família na distribuição da renda foi mensurado através do Índice de Gini, cabe ratificar que existem diversos outros índices de mensuração de distribuição que possuem diferentes sensibilidades a

alterações nas extremidades da distribuição, como o Índice de Theil ou o Índice de Atkinson e uma vez alçando mão destes, certamente os efeitos marginais do Programa Social em tela seriam diferentes do apresentado e possivelmente mais significativos.

Partindo da análise do agregado nacional para o cenário apresentado nas diferentes Unidades Federativas, observa-se que as diferentes rendas tabuladas pela PNAD possuem efeitos diversos entre as Unidades Federativas, quando estimados os impactos perante a desigualdade na distribuição da renda, exclusive o do Bolsa-Família, que sempre impacta em maior ou menor grau, numa maior equidade da distribuição de renda.

Outras rendas também puderam ser observadas do desenvolvimento do presente trabalho, porém não foram analisadas de forma aprofundada, haja vista não serem escopo do presente, porém alguns efeitos marginais merecem destaque. Por exemplo, o efeito da variável “AP1 – aposentadorias e pensões pagas pelo governo” perante a distribuição de renda em nosso país. As estimativas demonstram que incrementar em 1% as renda pagas pelo governo a este título, possui efeito concentrador de renda, sendo que no agregado nacional este efeito marginal é de 0,0093%, tendo praticamente o mesmo peso do Programa Bolsa-Família, que possui efeito marginal estimado de 0,0144%, porém atuando em sentidos opostos.

Assim sendo, conclui-se que o efeito marginal do Bolsa-Família, conforme metodologia adotada, é o maior e mais significativo perante a concentração de renda no país e ainda é a única variável que apresenta este resultado em todas as Unidades Federativas, algumas em maior e outras em menor grau.

Além disto, pondera-se que o Programa Bolsa-Família possui importante papel como ferramenta equalizadora na distribuição de renda, porém possui consideráveis limitações, muito devido ao peso do programa na renda total, que no agregado nacional é de 0,0079 (valor da variável Sk), ou 0,79% da renda total. Assim, é necessário destacar a importância de um programa que atue na maior fatia da renda brasileira, que é a renda “TRR - remuneração do trabalho”, que no agregado nacional responde a 76,01% da renda total da economia (variável Sk), especialmente ações que atuem em determinadas faixas de renda oriundas do trabalho.

A política mais indicada para impactar a renda “TRR – remuneração do trabalho” seria a melhora da qualidade do ensino brasileiro, além da democratização do acesso ao ensino, combatendo fortemente a transmissão entre gerações do baixo nível educacional e conseqüentemente alterando a grande dispersão salarial dos trabalhadores. Destaca-se que a formulação do Programa Bolsa-Família tem este ideal em seu arcabouço teórico, pois uma das condicionantes é exatamente a frequência escolar dos filhos das famílias beneficiárias, quando aplicável.

Por fim, deve-se argüir do exercício apresentado no presente que o Programa Bolsa-Família não possui um impacto expressivo sobre a distribuição de renda mensurada pelo Índice de Gini, ponderando-se que, por ser focado nos estratos mais pobres da sociedade, o programa desempenha o importante papel de combate a pobreza e a miséria, bem como fomenta a ruptura da transmissão inter-geracional do baixo nível educacional e conseqüentemente da transmissão da pobreza.

7. Apêndice Único – Resultados das UF's

TABELA 1A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AC

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0159 | 0.8049 | -0.3002 | -0.0065 | -0.0224 |
| ttrpc | 0.7955 | 0.6469 | 0.9396 | 0.8148 | 0.0193 |
| ap1pc | 0.1347 | 0.9037 | 0.6831 | 0.1401 | 0.0054 |
| ap2pc | 0.0146 | 0.9675 | 0.4251 | 0.0101 | -0.0045 |
| doapc | 0.0072 | 0.9823 | 0.3567 | 0.0043 | -0.0029 |
| al upc | 0.0185 | 0.9946 | 0.9516 | 0.0294 | 0.0110 |
| jurpc | 0.0137 | 0.9663 | 0.3504 | 0.0078 | -0.0059 |
| Total income | | 0.5935 | | | |

TABELA 2A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AL

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0264 | 0.7451 | -0.2595 | -0.0082 | -0.0346 |
| ttrpc | 0.7186 | 0.7138 | 0.9064 | 0.7464 | 0.0278 |
| ap1pc | 0.1962 | 0.8652 | 0.7215 | 0.1966 | 0.0004 |
| ap2pc | 0.0251 | 0.9915 | 0.8527 | 0.0341 | 0.0090 |
| doapc | 0.0096 | 0.9823 | 0.2861 | 0.0043 | -0.0052 |
| al upc | 0.0083 | 0.9966 | 0.8885 | 0.0119 | 0.0035 |
| jurpc | 0.0157 | 0.9815 | 0.6023 | 0.0149 | -0.0008 |
| Total income | | 0.6230 | | | |

TABELA 3A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AM

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0145 | 0.8554 | -0.4439 | -0.0107 | -0.0252 |
| ttrpc | 0.8385 | 0.5657 | 0.9282 | 0.8537 | 0.0152 |
| ap1pc | 0.0823 | 0.9414 | 0.6638 | 0.0998 | 0.0174 |
| ap2pc | 0.0216 | 0.9818 | 0.6039 | 0.0249 | 0.0032 |
| doapc | 0.0073 | 0.9839 | 0.3303 | 0.0046 | -0.0027 |
| al upc | 0.0097 | 0.9933 | 0.7974 | 0.0149 | 0.0052 |
| jurpc | 0.0260 | 0.9450 | 0.2695 | 0.0128 | -0.0132 |
| Total income | | 0.5157 | | | |

TABELA 4A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – AP

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0027 | 0.9546 | -0.3578 | -0.0019 | -0.0046 |
| ttrpc | 0.8516 | 0.5203 | 0.9300 | 0.8513 | -0.0004 |
| ap1pc | 0.0896 | 0.9379 | 0.6844 | 0.1188 | 0.0292 |
| ap2pc | 0.0175 | 0.9542 | 0.3406 | 0.0118 | -0.0058 |
| doapc | 0.0128 | 0.9728 | 0.3793 | 0.0097 | -0.0030 |
| al upc | 0.0097 | 0.9936 | 0.8715 | 0.0173 | 0.0076 |
| jurpc | 0.0161 | 0.8976 | -0.2347 | -0.0070 | -0.0230 |
| Total income | | 0.4841 | | | |

TABELA 5A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – BA

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0167 | 0.7833 | -0.4316 | -0.0099 | -0.0266 |
| ttrpc | 0.7564 | 0.6494 | 0.9102 | 0.7809 | 0.0244 |
| ap1pc | 0.1798 | 0.8656 | 0.6798 | 0.1847 | 0.0050 |
| ap2pc | 0.0115 | 0.9849 | 0.5427 | 0.0107 | -0.0008 |
| doapc | 0.0080 | 0.9868 | 0.3861 | 0.0053 | -0.0027 |
| al upc | 0.0110 | 0.9871 | 0.7693 | 0.0146 | 0.0036 |
| jurpc | 0.0166 | 0.9770 | 0.4817 | 0.0136 | -0.0030 |
| Total income | | 0.5726 | | | |

TABELA 6A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – CE

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0213 | 0.7617 | -0.4030 | -0.0118 | -0.0331 |
| ttrpc | 0.7320 | 0.6308 | 0.8977 | 0.7460 | 0.0140 |
| ap1pc | 0.2011 | 0.8698 | 0.7045 | 0.2218 | 0.0207 |
| ap2pc | 0.0141 | 0.9841 | 0.5892 | 0.0147 | 0.0006 |
| doapc | 0.0107 | 0.9837 | 0.4400 | 0.0083 | -0.0024 |
| al upc | 0.0082 | 0.9920 | 0.8379 | 0.0123 | 0.0041 |
| jurpc | 0.0126 | 0.9771 | 0.3912 | 0.0087 | -0.0039 |
| Total income | | 0.5556 | | | |

TABELA 7A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – DF

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0023 | 0.9538 | -0.5994 | -0.0021 | -0.0044 |
| ttrpc | 0.7853 | 0.6382 | 0.9290 | 0.7689 | -0.0164 |
| ap1pc | 0.1584 | 0.9313 | 0.7748 | 0.1888 | 0.0304 |
| ap2pc | 0.0204 | 0.9701 | 0.5246 | 0.0172 | -0.0033 |
| doapc | 0.0048 | 0.9932 | 0.4314 | 0.0034 | -0.0014 |
| al upc | 0.0166 | 0.9749 | 0.6792 | 0.0182 | 0.0016 |
| jurpc | 0.0122 | 0.9577 | 0.2940 | 0.0057 | -0.0065 |
| Total income | | 0.6055 | | | |

TABELA 8A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – ES

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0057 | 0.8753 | -0.5182 | -0.0048 | -0.0106 |
| ttrpc | 0.7533 | 0.5821 | 0.8942 | 0.7323 | -0.0210 |
| ap1pc | 0.1803 | 0.8717 | 0.6725 | 0.1974 | 0.0171 |
| ap2pc | 0.0171 | 0.9783 | 0.5476 | 0.0172 | 0.0000 |
| doapc | 0.0078 | 0.9966 | 0.7003 | 0.0102 | 0.0024 |
| al upc | 0.0200 | 0.9807 | 0.8137 | 0.0298 | 0.0098 |
| jurpc | 0.0158 | 0.9806 | 0.6245 | 0.0181 | 0.0023 |
| Total income | | 0.5354 | | | |

TABELA 9A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – GO

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0065 | 0.9189 | -0.4565 | -0.0054 | -0.0119 |
| ttrpc | 0.8117 | 0.5627 | 0.9104 | 0.8217 | 0.0101 |
| ap1pc | 0.1257 | 0.8996 | 0.6124 | 0.1369 | 0.0112 |
| ap2pc | 0.0093 | 0.9833 | 0.4215 | 0.0076 | -0.0017 |
| doapc | 0.0078 | 0.9908 | 0.4156 | 0.0063 | -0.0014 |
| al upc | 0.0177 | 0.9806 | 0.7022 | 0.0241 | 0.0064 |
| jurpc | 0.0213 | 0.9382 | 0.2220 | 0.0088 | -0.0125 |
| Total income | | 0.5060 | | | |

TABELA 10A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MA

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0306 | 0.7107 | -0.2172 | -0.0080 | -0.0386 |
| ttrpc | 0.7498 | 0.6786 | 0.9166 | 0.7855 | 0.0357 |
| ap1pc | 0.1755 | 0.8697 | 0.6963 | 0.1790 | 0.0035 |
| ap2pc | 0.0037 | 0.9895 | 0.4134 | 0.0026 | -0.0012 |
| doapc | 0.0089 | 0.9910 | 0.5819 | 0.0086 | -0.0003 |
| al upc | 0.0099 | 0.9955 | 0.8990 | 0.0150 | 0.0050 |
| jurpc | 0.0215 | 0.9674 | 0.4919 | 0.0172 | -0.0043 |
| Total income | | 0.5937 | | | |

TABELA 11A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MG

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0070 | 0.8748 | -0.5839 | -0.0067 | -0.0137 |
| ttrpc | 0.7483 | 0.5943 | 0.8966 | 0.7492 | 0.0009 |
| ap1pc | 0.1867 | 0.8423 | 0.6428 | 0.1899 | 0.0032 |
| ap2pc | 0.0168 | 0.9776 | 0.5515 | 0.0170 | 0.0002 |
| doapc | 0.0062 | 0.9929 | 0.4936 | 0.0057 | -0.0005 |
| al upc | 0.0198 | 0.9778 | 0.7748 | 0.0282 | 0.0084 |
| jurpc | 0.0151 | 0.9801 | 0.5940 | 0.0165 | 0.0014 |
| Total income | | 0.5322 | | | |

TABELA 12A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MS

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0051 | 0.9326 | -0.3971 | -0.0036 | -0.0087 |
| ttrpc | 0.7998 | 0.5811 | 0.9184 | 0.8074 | 0.0076 |
| ap1pc | 0.1237 | 0.9033 | 0.6273 | 0.1326 | 0.0089 |
| ap2pc | 0.0150 | 0.9692 | 0.4383 | 0.0121 | -0.0030 |
| doapc | 0.0075 | 0.9918 | 0.4342 | 0.0061 | -0.0014 |
| al upc | 0.0261 | 0.9766 | 0.7984 | 0.0385 | 0.0124 |
| jurpc | 0.0228 | 0.9388 | 0.1726 | 0.0070 | -0.0158 |
| Total income | | 0.5287 | | | |

TABELA 13A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – MT

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0047 | 0.8973 | -0.5050 | -0.0040 | -0.0087 |
| ttrpc | 0.8370 | 0.5686 | 0.9322 | 0.8401 | 0.0032 |
| ap1pc | 0.1042 | 0.9042 | 0.5906 | 0.1054 | 0.0012 |
| ap2pc | 0.0067 | 0.9813 | 0.2895 | 0.0036 | -0.0031 |
| doapc | 0.0086 | 0.9872 | 0.2428 | 0.0039 | -0.0047 |
| al upc | 0.0288 | 0.9867 | 0.8260 | 0.0445 | 0.0157 |
| jurpc | 0.0100 | 0.9818 | 0.3464 | 0.0065 | -0.0036 |
| Total income | | 0.5280 | | | |

TABELA 14A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PA

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0124 | 0.8547 | -0.3059 | -0.0062 | -0.0186 |
| ttrpc | 0.7889 | 0.5687 | 0.9121 | 0.7788 | -0.0101 |
| ap1pc | 0.1458 | 0.8970 | 0.6755 | 0.1681 | 0.0223 |
| ap2pc | 0.0164 | 0.9884 | 0.7134 | 0.0221 | 0.0056 |
| doapc | 0.0109 | 0.9812 | 0.3876 | 0.0079 | -0.0030 |
| al upc | 0.0133 | 0.9908 | 0.8360 | 0.0209 | 0.0076 |
| jurpc | 0.0123 | 0.9779 | 0.3699 | 0.0084 | -0.0038 |
| Total income | | 0.5255 | | | |

TABELA 15A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PB

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0229 | 0.7049 | -0.4941 | -0.0143 | -0.0372 |
| ttrpc | 0.6910 | 0.6553 | 0.8820 | 0.7129 | 0.0219 |
| ap1pc | 0.2374 | 0.8463 | 0.7163 | 0.2569 | 0.0195 |
| ap2pc | 0.0131 | 0.9803 | 0.6012 | 0.0138 | 0.0007 |
| doapc | 0.0141 | 0.9736 | 0.3086 | 0.0076 | -0.0065 |
| al upc | 0.0112 | 0.9886 | 0.8053 | 0.0159 | 0.0047 |
| jurpc | 0.0103 | 0.9787 | 0.4040 | 0.0073 | -0.0030 |
| Total income | | 0.5602 | | | |

TABELA 16A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PE

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0181 | 0.8257 | -0.4047 | -0.0101 | -0.0283 |
| ttrpc | 0.6937 | 0.6697 | 0.8982 | 0.6982 | 0.0045 |
| ap1pc | 0.2218 | 0.8828 | 0.7641 | 0.2504 | 0.0285 |
| ap2pc | 0.0112 | 0.9873 | 0.5832 | 0.0107 | -0.0004 |
| doapc | 0.0122 | 0.9829 | 0.4252 | 0.0086 | -0.0037 |
| al upc | 0.0167 | 0.9883 | 0.8491 | 0.0235 | 0.0068 |
| jurpc | 0.0262 | 0.9601 | 0.4457 | 0.0187 | -0.0074 |
| Total income | | 0.5977 | | | |

TABELA 17A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PI

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0295 | 0.7171 | -0.4061 | -0.0144 | -0.0439 |
| ttrpc | 0.6802 | 0.6840 | 0.9008 | 0.7031 | 0.0229 |
| ap1pc | 0.2489 | 0.8562 | 0.7680 | 0.2747 | 0.0257 |
| ap2pc | 0.0081 | 0.9859 | 0.5006 | 0.0067 | -0.0014 |
| doapc | 0.0097 | 0.9805 | 0.4348 | 0.0069 | -0.0028 |
| al upc | 0.0111 | 0.9853 | 0.8092 | 0.0148 | 0.0037 |
| jurpc | 0.0126 | 0.9708 | 0.4008 | 0.0082 | -0.0044 |
| Total income | | 0.5961 | | | |

TABELA 18A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – PR

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0031 | 0.9293 | -0.6305 | -0.0035 | -0.0067 |
| ttrpc | 0.7848 | 0.5748 | 0.9042 | 0.7819 | -0.0029 |
| ap1pc | 0.1511 | 0.8690 | 0.6049 | 0.1522 | 0.0012 |
| ap2pc | 0.0132 | 0.9807 | 0.5015 | 0.0125 | -0.0008 |
| doapc | 0.0079 | 0.9917 | 0.4862 | 0.0073 | -0.0006 |
| al upc | 0.0212 | 0.9797 | 0.7623 | 0.0304 | 0.0092 |
| jurpc | 0.0186 | 0.9752 | 0.5524 | 0.0193 | 0.0006 |
| Total income | | 0.5217 | | | |

TABELA 19A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RJ

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0019 | 0.9606 | -0.5630 | -0.0018 | -0.0037 |
| ttrpc | 0.6892 | 0.6234 | 0.8580 | 0.6601 | -0.0290 |
| ap1pc | 0.2556 | 0.8419 | 0.7273 | 0.2803 | 0.0247 |
| ap2pc | 0.0234 | 0.9832 | 0.6693 | 0.0275 | 0.0042 |
| doapc | 0.0085 | 0.9934 | 0.5711 | 0.0087 | 0.0001 |
| al upc | 0.0140 | 0.9850 | 0.7652 | 0.0190 | 0.0049 |
| jurpc | 0.0074 | 0.9840 | 0.4768 | 0.0062 | -0.0012 |
| Total income | | 0.5584 | | | |

TABELA 20A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RN

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0182 | 0.7709 | -0.4200 | -0.0106 | -0.0288 |
| ttrpc | 0.7022 | 0.6272 | 0.8975 | 0.7117 | 0.0096 |
| ap1pc | 0.2237 | 0.8517 | 0.7087 | 0.2432 | 0.0195 |
| ap2pc | 0.0152 | 0.9865 | 0.6439 | 0.0173 | 0.0022 |
| doapc | 0.0100 | 0.9649 | 0.1399 | 0.0024 | -0.0076 |
| al upc | 0.0178 | 0.9881 | 0.8593 | 0.0272 | 0.0094 |
| jurpc | 0.0130 | 0.9725 | 0.3854 | 0.0087 | -0.0042 |
| Total income | | 0.5553 | | | |

TABELA 21A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RO

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0073 | 0.8765 | -0.4898 | -0.0058 | -0.0132 |
| ttrpc | 0.8462 | 0.5943 | 0.9369 | 0.8678 | 0.0216 |
| ap1pc | 0.1069 | 0.8997 | 0.5486 | 0.0971 | -0.0097 |
| ap2pc | 0.0159 | 0.9854 | 0.6263 | 0.0181 | 0.0022 |
| doapc | 0.0049 | 0.9913 | 0.3135 | 0.0028 | -0.0021 |
| al upc | 0.0088 | 0.9921 | 0.7779 | 0.0125 | 0.0037 |
| jurpc | 0.0099 | 0.9814 | 0.4148 | 0.0075 | -0.0025 |
| Total income | | 0.5429 | | | |

TABELA 22A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RR

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0231 | 0.7972 | -0.3142 | -0.0101 | -0.0332 |
| ttrpc | 0.8524 | 0.6258 | 0.9592 | 0.8936 | 0.0411 |
| ap1pc | 0.0619 | 0.9409 | 0.6167 | 0.0627 | 0.0008 |
| ap2pc | 0.0139 | 0.9710 | 0.4728 | 0.0111 | -0.0028 |
| doapc | 0.0088 | 0.9910 | 0.6512 | 0.0099 | 0.0011 |
| al upc | 0.0191 | 0.9906 | 0.9140 | 0.0302 | 0.0111 |
| jurpc | 0.0208 | 0.8516 | 0.0847 | 0.0026 | -0.0182 |
| Total income | | 0.5726 | | | |

TABELA 23A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – RS

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0035 | 0.9367 | -0.6503 | -0.0040 | -0.0074 |
| ttrpc | 0.7325 | 0.5949 | 0.8791 | 0.7247 | -0.0078 |
| ap1pc | 0.2045 | 0.8419 | 0.6573 | 0.2141 | 0.0096 |
| ap2pc | 0.0156 | 0.9773 | 0.5365 | 0.0155 | -0.0001 |
| doapc | 0.0062 | 0.9899 | 0.4399 | 0.0051 | -0.0011 |
| al upc | 0.0191 | 0.9814 | 0.7756 | 0.0275 | 0.0084 |
| jurpc | 0.0186 | 0.9711 | 0.4972 | 0.0170 | -0.0016 |
| Total income | | 0.5286 | | | |

TABELA 24A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – SC

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0018 | 0.9646 | -0.6928 | -0.0025 | -0.0043 |
| ttrpc | 0.7780 | 0.5272 | 0.8756 | 0.7740 | -0.0040 |
| ap1pc | 0.1638 | 0.8336 | 0.5292 | 0.1558 | -0.0080 |
| ap2pc | 0.0153 | 0.9757 | 0.4840 | 0.0156 | 0.0003 |
| doapc | 0.0076 | 0.9924 | 0.5667 | 0.0093 | 0.0016 |
| al upc | 0.0218 | 0.9769 | 0.7458 | 0.0343 | 0.0124 |
| jurpc | 0.0116 | 0.9828 | 0.5542 | 0.0137 | 0.0020 |
| Total income | | 0.4640 | | | |

TABELA 25A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – SE

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0137 | 0.7949 | -0.4556 | -0.0089 | -0.0226 |
| ttrpc | 0.7396 | 0.6266 | 0.8938 | 0.7427 | 0.0031 |
| ap1pc | 0.1994 | 0.8782 | 0.7204 | 0.2262 | 0.0268 |
| ap2pc | 0.0157 | 0.9711 | 0.3992 | 0.0109 | -0.0048 |
| doapc | 0.0082 | 0.9771 | 0.1272 | 0.0018 | -0.0063 |
| al upc | 0.0128 | 0.9906 | 0.8707 | 0.0198 | 0.0070 |
| jurpc | 0.0106 | 0.9758 | 0.4001 | 0.0074 | -0.0032 |
| Total income | | 0.5577 | | | |

TABELA 26A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – SP

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0020 | 0.9518 | -0.6439 | -0.0023 | -0.0042 |
| ttrpc | 0.7883 | 0.5840 | 0.9047 | 0.7893 | 0.0010 |
| ap1pc | 0.1588 | 0.8521 | 0.6047 | 0.1550 | -0.0037 |
| ap2pc | 0.0150 | 0.9802 | 0.5188 | 0.0144 | -0.0005 |
| doapc | 0.0056 | 0.9940 | 0.4944 | 0.0052 | -0.0004 |
| al upc | 0.0186 | 0.9837 | 0.7658 | 0.0265 | 0.0079 |
| jurpc | 0.0119 | 0.9830 | 0.5328 | 0.0118 | -0.0001 |
| Total income | | 0.5277 | | | |

TABELA 27A

Resultados de Variações Marginais nas Rendas Componentes da Renda Total – TO

| Source | Sk | Gk | Rk | Share | % Change |
|--------------|--------|--------|---------|---------|----------|
| bofpc | 0.0164 | 0.8264 | -0.3963 | -0.0103 | -0.0267 |
| ttrpc | 0.8099 | 0.5882 | 0.9230 | 0.8462 | 0.0364 |
| ap1pc | 0.1033 | 0.8719 | 0.4834 | 0.0838 | -0.0195 |
| ap2pc | 0.0069 | 0.9793 | 0.3311 | 0.0043 | -0.0026 |
| doapc | 0.0094 | 0.9918 | 0.5594 | 0.0100 | 0.0006 |
| al upc | 0.0281 | 0.9797 | 0.8528 | 0.0452 | 0.0171 |
| jurpc | 0.0261 | 0.9563 | 0.4316 | 0.0207 | -0.0054 |
| Total income | | 0.5196 | | | |

8. Bibliografia

AHLUWALIA, M. **Inequality, Poverty and Development**. Journal of Development Economics, vol. 6, 307-342. World Bank, 1976.

AHLUWALIA, M. CARTER, N.G.;CHENERY, H. **Growth and Poverty in Developing Countries**. Journal of Development Economics, vol. 6, 299-341. World Bank, 1976.

ALESINA, A.; RODRIK, D. **Distributive politics and economic growth**. Quarterly Journal of Economics. 109(2). p. 465-490. MIT, 1994.

BARCENA, A. **Panorama Social de América Latina**. CEPAL, 2009.

BARROS, R.P.; CORSEUIL, C. H.; CURY, S. **Salário Mínimo e Pobreza no Brasil: Estimativas que Consideram Efeitos do Equilíbrio Geral**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão n° 779).

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Sobre a queda recente na desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/casacivil/foruns/static/documentosM.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A Importância da Queda Recente da Desigualdade na Redução da Pobreza**. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão n° 1256).

BARROS, R.P.; FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente (volumes 1 e 2)**. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão n° 1258).

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **La Igualdad como Estrategia de Combate a la Pobreza em Panamá**. Brasília: PNUD, 2009.

BOBONIS, G. J.; **The Impact of Conditional Cash Transfers on Marriage and Divorce**. Canadá: University of Toronto, 2009.

BOURGUIGNON, F.; FOURNIER, M.; GURGAND, G. **Fast Development with a Stable Income Distribution: Taiwan, 1979-1994**. *Review of Income and Wealth* 47(2), 139-163. World Bank, 2001.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; MENÉNDEZ, M. **Inequality of outcomes, inequality of opportunities and intergenerational education mobility in Brazil**. World Bank, 2003.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; LEITE, P. **Conditional cash transfers, schooling and child labor: micro-simulating Brazil's Bolsa Escola program**. *Economic Review*. 17(2). p. 229-54. World Bank, 2003.

BOURGUIGNON, F. **The Poverty-Growth-Inequality Triangle**. World Bank, 2004.

DEVARAJAN, S., LEWIS, J., ROBINSON, S. **From stylized to applied models: building multisector CGE models for policy analysis**. USA: University of California at Berkeley, Department of Agriculture and Resources Economics, 1991 (Working Paper, 616).

DOLLAR, D.; KRAAY, A. **Growth Is Good for the Poor**. *Journal of Economic Growth* 7(3): 195-225. Holanda, 2002.

ESTEBAN, J. M.; GRADÍN, C.; RAY, D. **Extensions of a measure of polarization with an application to the income distribution of five OECD countries**. Maxwell School of Citizenship and Public Affairs - Working Paper, n. 218, p. 1-31, 1999.

FERNANDES, A. E. S. **Distribuição de Renda e Crescimento Econômico: uma Análise do Caso Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2002.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **Previdência Social e Desigualdade; a participação das aposentadorias e pensões na distribuição de renda no Brasil – 1981 a 2001**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2004.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **“Aposentadorias e Pensões” e Desigualdade de Renda: uma análise para o Brasil no período 1998 - 2003**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; LITCHFIELD, J. A. **The Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1981-2004**. World Bank, 2006. (WPS 3867).

- FERREIRA, S. F. & FERNANDO, A.V. **A Escassez de Educação**. Em: Giambiagi, Fábio et al. (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- FOGUEL, M. N.; CORSEUIL, C. H.; BARROS, R. P.; LEITE, P. G. **Uma Avaliação dos Impactos do Salário Mínimo sobre o Nível de Pobreza Metropolitana no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão n° 739).
- FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- HOFFMANN, R. **Inequality in Brazil: The Contribution of Pensions**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**. *Econômica*, v.7, n. 2, p. 335-341. Rio de Janeiro, 2005.
- HOFFMANN, R. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. Campinas: UNICAMP, 2006.
- HOFFMANN, R. **As transferências não são a principal causa da redução na desigualdade**. Campinas: UNICAMP, 2006.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Vários anos.
- KUZNETS, S. **Economic Growth and Income Inequality**. *American Economic Review*, v.45, p.1-28. 1995.
- LARA, F. M. **Taxa de juros, barganha salarial e distribuição da renda nos EUA do último quarto do século XX**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Texto para discussão FEE n° 79)
- LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. **Income Inequality Effects by Income Source: A New Approach and Applications to the United States**. *The Review of Economics and Statistics*, v. 67, n. 1, p. 151-156, 1985.
- LIMA, ÉRICA M. C. **O que explica a desigualdade da renda domiciliar no Brasil?** Brasília: IPEA, 2009.
- LÓPEZ-FELDMAN, A. **Decomposing inequaty and obtaining marginal effects**. California: University of California, 2006.

MATTOS, F. A. M.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **A questão distributiva no Plano Real**. Campinas: UNICAMP, 2000.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS em números. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros>>. Acesso em: 11 set. 2010.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. V. **Targeted cash transfer programmes in Brazil: BPC and the Bolsa Familia**. IPC-UNDP. Brasília, 2008.

MELLO, P. R.; CORREA, A. M. C. J. **Salário Mínimo: evolução histórica, desigualdade e pobreza no Brasil**. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

PARREIRAS, M. A.; PAMPLONA, L.M.P. **Políticas estruturais e a redução das desigualdades no Brasil**. IPEA . Brasília, 2007.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. **Is inequality harmful for growth?** American Economic Review. 84(3) p. 600-621. 1994.

PINTO, S. L. M. **Proposta e avaliação de uma Política Pública Contra a Desigualdade Econômica no Brasil: A Sociedade de Participantes**. FGV. São Paulo, 2006.

SAINT-PAUL, G.; VERDIER, T. **Education, Democracy and Growth**. Journal of Development Economics, vol. 42, p. 399-407. Holanda: 1993.

SATYRO, N.; SOARES, S.S.D. **Análise do Impacto do Programa Bolsa-Família e do Benefício de Prestação Continuada na Redução da Desigualdade nos Estados Brasileiros - 2004 a 2006**. IPEA. Brasília, 2009. (Texto para discussão n° 1435).

SCORZAFAVE, L.G.; LIMA, E.M.C. **Inequality Evolution in Brazil: the role of cash transfer programs and other income Sources**. USP. São Paulo, 2006.

SCORZAFAVE, L.G.; CASTRO, S.A.C. **Ricos? Pobres? Uma análise da polarização da renda para o Brasil – 1981 - 2003**. Pesquisa e Planejamento Econômico, V - 37, n° 2. IPEA. Brasília, 2007.

SHORROCKS, A.F. **Inequality by Factor Components**. Econometrica, v. 50, n. 1, p. 193-212, 1982.

SKOUFIAS, E.; DAVIS, B.; LA VEGA, S. **Targeting the poor in Mexico: An evaluation of the selection of households into PROGRESA**. World Development. 29(10). p. 1769-84. 2001.

SOARES, F.V., SOARES, S., MEDEIROS, M., OSÓRIO, R. G. **Programas de Transferências de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade**. Brasília: ANPEC, 2005.

SOARES, S.S.D. **Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no Período de 2001 a 2004**. IPEA. Brasília, 2006. (Texto para discussão n° 1166).

SOARES, F. V.; BRITTO, T. **‘Growing Pains’: key challenges for new conditional cash transfer programmes in Latin America**. IPC-UNDP. Brasília, 2007.

SOARES, S.S.D. **Volatilidade de Renda e a Cobertura do Programa Bolsa-Família**. IPEA. Brasília, 2009. (Texto para discussão n° 1459).

WIKIPÉDIA. Disponível em: www.wikipedia.org. Acesso em: 11 set. 2010.